PREFEITURA DO
RECIFE

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO N° 3501.01.2019, FIRMADO EM 24 DE JANEIRO DE 2019.

Base Legal:	Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações através da Lei Federal n. 13.204, de 14 de dezembro de 2015
Processo:	Inexigibilidade de Chamamento Publico nº 001/2019.
Interessados:	O MUNICÍPIO DO RECIFE/S SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E LAZER E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BARES E RESTAURANTES – ABRASEL-PE.
Objeto:	A coordenação da Arena Gastronômica do Carnaval do Recife 2019, a ser realizada na Rua do Observatório, no Bairro do Recife, no período carnavalesco de 27 de fevereiro a 05 de março de 2019, em conformidade com o Termo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2017, publicada no D.O.M em 24.01.2019 e Plano de Trabalho.
Prazo:	De 24.01.2019 a 30.04.2019.
Preço Global:	R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), devendo ser repassado pelo MUNICÍPIO o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) e a ENTIDADE à contrapartida no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais).
Dotação Orçamentária:	nº 3501.23.695.1.213.2.193 - Elemento de Despesa 3.3.90.39 - Fonte: 0100.
Nota de Empenho	nº 2019.00022.
Fonte dos Recursos:	Tesouro Municipal/ Recursos Ordinários – Não Vinculados.

Cov0190Mário/Lua
2019.02.000437

Procuradoria Geral do Município
Prefeitura do Recife
PGM

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 32e11e16-6f6a-45a6-8e95-4712eb9339dc

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por SUSAN PROCOPIO LEITE CARVALHO. . Para visualizar o original, acesse o site http://www.assinaturadigital.recife.pe.gov.br/ processo 2019.02.000437 - Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer e o código 29436F

ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

MAPA DEMONSTRATIVO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

UNIDADE (1):	PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (2):	SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E LAZER
EXERCÍCIO (3):	2019
PERÍODO DE DEFERÊNCIA (4):	01/01/2019 A 31/12/2019

MODALIDADE / Nº LICITAÇÃO (5)	IDENTIFICAÇÃO DA OBRA, SERVIÇO OU AQUISIÇÃO (6)	CONVÊNIO				CONTRATADO		CONTRATO					ADITIVO		REAJUSTE (R$) (20)	EXECUÇÃO			
		Nº/Ano (7)	CONCEDENTE (8)	REPASSE (R$) (9)	CONTRAPARTIDA (R$) (10)	CNPJ/CPF (11)	RAZÃO SOCIAL (12)	Nº/Ano (13)	DATA INÍCIO (14)	PRAZO (15)	VALOR CONTRATADO (R$) (16)	DATA CONCLUSÃO / PARALIZAÇÃO (17)	PRAZO ADITADO (18)	VALOR ADITADO ACUMULADO (19)		NATUREZA DA DESPESA (21)	VALOR MEDIDO ACUMULADO (R$) (22)	VALOR PAGO ACUMULADO NO PERÍODO (R$) (23)	VALOR PAGO ACUMULADO NO EXERCÍCIO (R$) (24)
CONCORRENCIA001/2013	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES GERALDO MAGALHÃES	005/2013	MINISTÉRIO DO ESPORTE	20.000.000,00	25.470.400,93	08.059.768/0001-42	CINZEL ENGENHARIA LTDA	005/2013	6/18/2013	31/03/2020	34.243.730,64	em andamento	jun/20	18.495.630,80	18.495.630,60	4.4	49.629.944,83	49.629.944,83	49.629.944,83
CONCORRENCIA Nº 003/2013	OBRAS DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONCERNENTES À URBANIZAÇÃO INTEGRADA PARA ESTRUTURAÇÃO DE 31 (TRINTA E UMA) PRAÇAS DE ESPORTES EM CAMPO DE VÁRZEA DO MUNICÍPIO DO RECIFE/PE	001/2014				410510460001-17	COLMÉIA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA	001/2014	1/27/2014	29/01/2019	15.547.142,39	1/29/2019				4.4	3.030.796,35	3.030.796,35	529.417,44
LICITAÇÃO 002/2017	OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO E REFORMA DE INFRAESTRUTURA E ACESSIBILIDADE PARA OS CATS	001/2018	MINISTÉRIO DO TURISMO	4.600.000,00	200.000,00	02.297.922/0001-38	KAENA CONSTRUÇÕES LTDA	001/2018	03/01/2018	05/05/2019	217.395,34	29/02/2020				4.4	187.785,30	187.785,30	187.785,30
CONVITE 002/2017	EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PARCÃO.						CONSTRUTORA F.A.LTDA	30/2017	23/11/2017		46.732,01					4.4	44.051,51	44.051,51	44.051,51

MARIA DA CONCEIÇÃO JUSTINIANO DOS REIS
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO E ORDENADOOR DE DESPESA

CPF N. 98870459420
GERENTE GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANA PAULA DE OLIVEIRA VILAÇA LEAL
CPF N. 023682.524-01
SECRETÁRIA DE TURISMO, ESPORTES E LAZER

LEGENDA:
(1) Unidade Gestora (Prefeituras, Secretarias Municipais, Empresas Públicas, Autarquias etc.);
(2) Órgão ou entidade com competência para autorizar despesas ou empenhar;
(3) Exercício Financeiro;
(4) Período a que se referem as informações. Exemplo: 1º Trimestre;
(5)Número e ano da licitação em série anual. Inserir antes do número a referência da modalidade da licitação (Concorrência-CC; Tomada de Preços-TP; Convite-CV; na hipótese de ocorrência de Dispensa de Licitação-DP ou Inexigibilidade-IN) e após o número (três dígitos), a referência ao ano (quatro dígitos) da licitação/dispensa/inexigibilidade. Exemplos: CC010/2005 (Concorrência de número 10 ocorrida em 2005), DP011/2004;
(6)Identificação, de forma clara e concisa, da obra, serviço (material, mão de obra, equipamentos) ou aquisição de materiais. Deverão estar relacionadas todas as obras e serviços de engenharia realizados no exercício, de forma direta ou indireta, incluídos os serviços relativos a limpeza urbana, assessorias técnicas, iluminação pública;
(7)Número e ano do Convênio (se houver);
(8)Nome do órgão Concedente. Exemplos: Ministério da Educação, Secretaria de Infraestrutura do Governo do Estado;
(9)Valor do repasse;
(10)Valor da contrapartida;
(11)CNPJ da empresa contratada para execução dos serviços;
(12)Razão Social da empresa contratada para execução dos serviços;
(13)Número e ano do contrato e a referência ao ano da contratação. Exemplo: 15/2004 (contrato de número 15 do ano de 2004);
(14)Data da Ordem de Serviço ou do efetivo início da obra;
(15)Prazo previsto no termo de contrato, ou documento equivalente, para execução das obras e serviços;
(16)Valor contratado para execução da obra/serviço;
(17)No caso de obras/serviços concluídos/paralisados deverá ser informada a data de conclusão/paralisação;
(18)Prazo total aditado (considerando todos os aditivos de prazo para a obra/serviço);
(19)Valor aditado acumulado (somatório de todos os aditivos para a obra/serviço);
(20)Valor referente ao somatório dos reajustes do contrato ao longo da sua execução (considerar apenas a diferença em relação ao valor originalmente contratado);
(21)Codificação das despesas conforme portaria 163/2001 da STN e da SOF. Exemplos: 4.4.90.51 (Obras); 3.3.90.39 (Limpeza Urbana);
(22)Somatório dos boletins de medição, relativos aos serviços executados no exercício (despesas orçamentárias e extra-orçamentárias/restos a pagar);
(23)Somatório dos valores pagos no período, relativos à obra/serviços (despesas orçamentárias e extra-orçamentárias/restos a pagar);
(24)Somatório dos valores pagos no exercício, relativos à obra/serviços (despesas orçamentárias e extra-orçamentárias/restos a pagar);
(25)Somatório dos valores pagos no transcorrer da obra/serviço desde o seu início (despesas orçamentárias e extra-orçamentárias/restos a pagar);
(26)Situação que se encontra a obra ou serviço: em andamento, concluída, paralisada (assim denominada a obra não concluída e paralisada quando: há previsão de reinício e não houve distrato contratual) ou inacabada (assim denominada a obra não concluída e paralisada quando (e/ou): não há previsão de reinício; já houve distrato; contrato já encerrado). Obras paralisadas ou inacabadas deverão constar da relação mesmo que não tenham despesas no exercício;
(27)Deverá ser colocado o nome legível, o CPF e o cargo/função do Responsável pelo preenchimento da ficha;
(28)Deverá ser colocado o nome legível, o CPF e o cargo/função do Responsável pela unidade definida no campo (1);
(29)Deverá ser colocado o nome legível, o CPF e o cargo/função do Ordenador de Despesa (Prefeitos, Secretários, etc.).

VALOR PAGO ACUMULADO NA OBRA OU SERVIÇO (R$) (25)	SITUAÇÃO (26)
49.629.944,83	Em andamento
3.030.796,35	Concluída
187.785,30	Concluída
44.051,51	Concluída

PREFEITURA DO
RECIFE

SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E LAZER
RESOLUÇÃO Nº 67/2019
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018
RELATORIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO
ITEM 26

PROGRAMA/AÇÃO/SUBAÇÃO (A)	DOTAÇÃO AUTORIZADA (B)	DESPESA LIQUIDADA (C)	% C/B (D)	PRODUTO (E)	META FÍSICA PREVISTA (F)	META FÍSICA REALIZADA (G)	COMENTÁRIOS (H)	INDICADOR DO PROGRAMA (I)
1309-1569-1	2.833.252,61	1.779.679,12	62,81%	Consolidação da Revitalização do Bairro do Bairo do Recife	10	5,2	As metas e etapas são divididas por operações	Não existe
1213-2193-1	19.312.337,42	17.009.038,88	88,07%	Promoção, Estruturação e Fortalecimento Turistico do Destino Recife	10	8	As metas e etapas são divididas por operações	Não existe
1213-2862-1, 11 e 12	10.392.359,20	8.337.252,43	80,22%	Estruturação e Manutenção de equipamentos Publicos com Potencial Turistico	8	6	As metas e etapas são divididas por operações	Não existe
2160-2280-1	2.437.370,18	1.402.974,55	57,56%	Coordenação, Supervisão e Execução das Politicas de Turismo, Esportes e Lazer	10	5,7	As metas e etapas são divididas por operações	Não existe
1226-2281-1	2.761.292,64	716.466,38	25,95%	Melhoria e Ampliação da Rede Fisica de Esportes	10	3	As metas e etapas são divididas por operações	Não existe

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 4dd594c3-4f45-4e23-8642-3495964ba970

1226-2529-1	8.968.446,33	4.433.612,77	49,44%	Ampliação, Reforma e Melhoria das Instalações e Equipamentos do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães	1	0,49	As metas e etapas são divididas por operações	Não existe
1226-2863-1	1.882.922,47	499.677,68	26,54%	Incentivo ao Esporte no Recife	3	1,5	As metas e etapas são divididas por operações	Não existe
1226-2996-1	372.291,88	350.862,85	94,24%	Recife Bom de Bola	10	9	As metas e etapas são divididas por operações	Não existe
2161-2723-1	3.561.102,54	3.301.143,69	92,70%	Apoio Administrativo as Ações da Unidade Orçamentária	10	9	As metas e etapas são divididas por operações	Não existe

ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL:02368252401

Assinado de forma digital por ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL:02368252401
Dados: 2020.04.23 16:04:40 -03'00'

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 4dd594c3-4f45-4e23-8642-34959640a970

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: ec532723-9ad1-448a-b4ac-afec7911f95f6

SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E LAZER.

DECLARAÇÃO

Para fins de cumprimento ao item 27 do anexo III da Resolução TCE nº 67/2019 declaramos que na **SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E LAZER**, não ouve no exercício 2019.

Recife, 22 de março de 2020.

ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL:02368252401

Assinado de forma digital por ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL:02368252401
Dados: 2020.04.22 17:16:36 -03'00'

ANA PAULA DE OLIVEIRA VILAÇA LEAL
Secretária de Turismo, Esportes e Lazer.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS E SERVIÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2019 – PE 47/2018

ATA CELEBRADA ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA E A ALBERFLEX INDÚSTRIA DE MOVEIS LTDA NA FORMA ABAIXO.

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA**, Autarquia Especial de Ensino Superior, vinculada ao Ministério da Educação, sediada no Campus Universitário do Guamá, à Rua Augusto Corrêa, nº. 01, na Cidade de Belém, Estado do Pará, inscrita sob o CNPJ nº 34.621.748.0001-23, doravante denominada de **UFPA**, neste ato, representada pelo Magnífico Reitor, **Prof. Dr. EMMANUEL ZAGURY TOURINHO** designado pelo Decreto Presidencial de 22 de setembro de 2016, portador do CPF nº 153.515.992-87, e RG nº 154426-6 – SSP/PA e **ALBERFLEX INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA** com endereço na cidade Sorocaba, Estado São Paulo, na Avenida Rudolf Dafferner, nº 867, bairro Boa Vista, inscrita sob o CNPJ nº. 60.656.774/0001-05, doravante denominada **EMPRESA FORNECEDORA**, neste ato, representada por **JOSÉ ALBERTO CHIURATTO**, brasileiro, portador do CPF nº 890.051.558-68, e da RG nº 6.753.338-3 SSP/SP, resolvem celebrar a presente Ata, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº 47/2019, para Registro de Preço, do tipo MENOR PREÇO, constante do Processo nº 23073.021415/2018-04**, nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 e os Decretos nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, nº 3.722 de 9 de janeiro de 2001, nº 5.450 de 31 de maio de 2005, nº 5.504 de 5 de agosto de 2005, nº 7.746/2012 de 5 de junho de 2012, nº 7.892/2013 de 23 de janeiro de 2013, nº 8.538 de 6 de outubro de 2015, e das demais normas legais aplicáveis, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGISTRO

Constitui objeto desta Ata o Registro de Preços: **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS EM GERAL.**

ÓRGÃO GERENCIADOR – 153063 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

LOTE 01					
Item	**Descrição do Objeto**	**Und**	**Qtdade**	**Valor Unit (R$)**	**Valor Total (R$)**
01	ARMÁRIO ALTO FECHADO 800x490x1610mm (LxPxH) Conforme Edital e Anexos	UND	300	1.406,00	421.800,00
02	BALCÃO BAIXO FECHADO 800X490X740 MM (LxPxH) Conforme Edital e Anexos	UND	300	832,00	249.600,00
03	ARMÁRIO ALTO MEIA PORTA 800X490X1610 MM (LxPxH) Conforme Edital e Anexos	UND	100	1.238,00	123.800,00
04	ARMÁRIO EXTRA ALTO FECHADO 800X490X2140 MM (LxPxH) Conforme Edital e Anexos	UND	200	1.791,00	358.200,00
05	BALCÃO CURVO ALTO 2018X684X1130 MM (LxPxH) Conforme Edital e Anexos	UND	15	2.296,00	34.440,00
06	BALCÃO RETO ALTO 1854X684X1134 MM (LxPxH) Conforme Edital e Anexos	UND	15	1.872,00	28.080,00
07	SUPORTE PARA PASTA SUSPENSA PARA ARMÁRIO FECHADO Conforme Edital e Anexos	UND	100	173,00	17.300,00
08	ARMARIO CREDENZA TOTALMENTE REVESTIDO EM COURO NATURAL MARRON 2380X500X645 (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	02	24.164,00	48.328,00
09	ARMARIO CREDENZA TOTALMENTE REVESTIDO EM COURO NATURAL MARRON 2380X500X645 (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	30	1.942,00	58.260,00
10	ARMÁRIO BAIXO FECHADO EM VIDRO 800X490X740 MM (LxPxH) Conforme Edital e Anexos	UND	30	1.186,00	35.580,00
11	ARMÁRIO ALTO MEIA PORTA DE VIDRO 800X490X1610 MM (LxPxH) Conforme Edital e Anexos	UND	20	1.693,00	33.860,00
VALOR TOTAL LOTE 01: HUM MILHÃO QUATROCENTOS E NOVE MIL DUZENTOS E QUARENTA E OITO REAIS					**R$ 1.409.248,00**

LOTE 02					
Item	**Descrição do Objeto**	**Und**	**Qtdade**	**Valor Unit (R$)**	**Valor Total (R$)**
12	MESA RETA 1600X700X740 MM (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	200	999,00	199.800,00
13	MESA RETA 1400X700X740 MM (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	400	899,00	359.600,00
14	MESA RETA 1200X700X740 MM (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	400	894,00	357.600,00
15	MESA RETA 1000X700X740 MM (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	100	785,00	78.500,00
16	MESA RETA 800X700X740 MM (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	50	729,00	36.450,00
17	MESA DE REUNIÃO COMPOSTA POR MÓDULOS DE 1200X1200X740 MM (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	80	1.169,00	93.520,00
18	MESA DE REUNIÃO CIRCULAR 1100X740 MM (DXH) Conforme Edital e Anexos	UND	100	691,00	69.100,00
19	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR 2000X900X740 MM (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	100	1.428,00	142.800,00
20	MESA ORGÂNICA 1600X700X1600X700X740 MM (LXPXLXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	100	1.485,00	148.500,00
21	MESA ORGÂNICA 1400X700X1400X700X740 MM (LXPXLXPXH) - Travessa de ligação Conforme Edital e Anexos	UND	300	1.348,00	404.400,00
22	MESA ORGÂNICA 1200X700X1200X700X740 MM (LXPXLXPXH) –	UND	200	1.196,00	239.200,00

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-1966-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

	Conforme Edital e Anexos				
23	GAVETEIRO VOLANTE COM 4 GAVETAS 400X490X639 MM (LXPXH) OU 330X490X639 MM (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	200	597,00	119.400,00
24	GAVETEIRO VOLANTE COM 3 GAVETAS 400X490X583 MM (LXPXH) OU 330X490X583 MM (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	300	532,00	159.600,00
25	GAVETEIRO FIXO COM 2 GAVETAS (DIMENSÃO DO CORPO 400X485X322 (LXPXH)) OU (DIMENSÃO DO CORPO 330X485X322 (LXPXH)) Conforme Edital e Anexos	UND	200	399,00	79.800,00
26	MESA RETA EXECUTIVA 1800X800X740 MM (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	80	1.598,00	127.840,00
27	MESA EXECUTIVA AUXILIAR 1400X800X740 MM (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	150	1.070,00	160.500,00
28	ESTAÇÃO LINEAR PARA DUAS PESSOAS 1400X1400X740 MM (LXPXH) Conforme Edital e Anexos	UND	300	2.484,00	745.200,00
29	DIVISOR PARA MESA RETA E ORGÂNICA 1600MM. Conforme Edital e Anexos	UND	100	360,00	36.000,00
30	DIVISOR PARA MESA RETA E ORGÂNICA 1400MM Conforme Edital e Anexos	UND	100	297,00	29.700,00
31	DIVISOR PARA MESA RETA E ORGÂNICA 1200MM Conforme Edital e Anexos	UND	100	259,00	25.900,00
32	MESA RETA PÉ PAINEL EM COURO MEDINDO 2200X1000X740mm Conforme Edital e Anexos	UND	02	24.890,00	49.780,00
33	MESA DE CENTRO Ø 1000x350mm (Ø x H) Conforme Edital e Anexos	UND	50	498,00	24.900,00
34	MESA DE CANTO Ø 600x350mm (Ø x H) Conforme Edital e Anexos	UND	50	275,00	13.750,00
VALOR TOTAL LOTE 02: TRÊS MILHÕES SETECENTOS E UM MIL OITOCENTOS E QUARENTA REAIS					**R$ 3.701.840,00**

LOTE 03

Item	Descrição do Objeto	Und	Qtdade	Valor Unit (R$)	Valor Total (R$)
35	CADEIRA SECRETARIA ESPALDAR MÉDIO TELADA, COM BRAÇOS. Conforme Edital e Anexos	UND	100	1.116,00	111.600,00
36	POLTRONA PRESIDENTE TELADA, COM BRAÇOS, APOIO DE CABEÇA E APOIO LOMBAR Conforme Edital e Anexos	UND	100	2.160,00	216.000,00
37	POLTRONA ESPALDAR MEDIO FIXA TELADA COM BRAÇOS Conforme Edital e Anexos	UND	200	1.227,00	245.400,00
38	POLTRONA GIRATÓRIA ESPALDAR MEDIO TELADA COM APOIO LOMBAR COM BRAÇOS E INCLINAÇÃO SINCRONIZADA	UND	100	1.712,00	171.200,00

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:21:34 -03'00'

	Conforme Edital e Anexos				
39	CADEIRA FIXA TRAPEZOIDAL OU 4 PÉS SEM BRAÇOS Conforme Edital e Anexos	UND	500	532,00	266.000,00
40	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS REGULÁVEIS Conforme Edital e Anexos	UND	400	1.100,00	440.000,00
41	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA SEM BRAÇOS Conforme Edital e Anexos	UND	200	889,00	177.800,00
42	POLTRONA DIRETOR FIXA SUSPENSA COM BRAÇOS FIXOS Conforme Edital e Anexos	UND	200	829,00	165.800,00
43	POLTRONA DIRETOR GIRATÓRIA COM BRAÇOS REGULÁVEIS Conforme Edital e Anexos	UND	150	1.395,00	209.250,00
44	POLTRONA PRESIDENTE GIRATÓRIA COM BRAÇOS REGULÁVEIS. Conforme Edital e Anexos	UND	100	1.541,00	154.100,00
45	CADEIRA FIXA EM TELA TRAPEZOIDAL OU 4 PÉS COM BRAÇO. Conforme Edital e Anexos	UND	200	914,00	182.800,00
46	CONJUNTO DE POLTRONA PARA SALA DE ESPERA COM 3 LUGARES E BRAÇO FIXO CONJUGADO. Conforme Edital e Anexos	UND	80	2.581,00	206.480,00
47	CONJUNTO DE POLTRONA PARA AUDITORIO ESPALDAR MÉDIO COM PRANCHETA EM LONGARINA OU FIXA (01 LUGAR) Conforme Edital e Anexos	UND	200	983,00	196.600,00
48	POLTRONA ESPALDAR MÉDIO PARA AUDITORIO COM PRANCHETA E ASSENTO REBATÍVEL Conforme Edital e Anexos	UND	800	1.880,00	1.504.000,00
49	POLTRONA DE AUDITÓRIO PARA OBESOS COM PRANCHETA Conforme Edital e Anexos	UND	100	3.176,00	317.600,00
50	CADEIRA CAIXA COM BRAÇOS Conforme Edital e Anexos	UND	80	1.318,00	105.440,00
51	CADEIRA GIRATÓRIA SEM BRAÇOS EM TELA. Conforme Edital e Anexos	UND	100	998,00	99.800,00
52	CADEIRA FIXA EM TELA C/4 PÉS E SEM BRAÇO Conforme Edital e Anexos	UND	200	698,00	139.600,00
53	CADEIRA CAIXA SEM BRAÇO Conforme Edital e Anexos	UND	100	1.091,00	109.100,00
54	SOFÁ DE 1 LUGAR Conforme Edital e Anexos	UND	30	1.814,00	54.420,00
55	SOFÁ DE 2 LUGARES Conforme Edital e Anexos	UND	50	2.810,00	140.500,00
56	SOFÁ DE 3 LUGARES Conforme Edital e Anexos	UND	50	3.843,00	192.150,00
VALOR TOTAL LOTE 03: CINCO MILHÕES QUATROCENTOS E CINCO MIL SEISCENTOS E QUARENTA					**R$ 5.405.640,00**

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:22:19 -03'00'

SETOR DE PREGÃO PREFEITURA DO RECIFE FL. Nº 1126

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

FL. 1127 Assinatura

REAIS	

ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Item	Objeto	Und	Órgão Participante	Município/ UF de Entrega	Qtde por Órgão	Valor Unit (R$)	Valor Total (R$)
01	ARMÁRIO ALTO FECHADO 800x490x1610mm (LxPxH)	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	306	1.406,00	430.236,00
			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	100		140.600,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	300		421.800,00
02	BALCÃO BAIXO FECHADO 800X490X740 MM (LxPxH)	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	384	832,00	319.488,00
			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	50		41.600,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	300		249.600,00
03	ARMÁRIO ALTO MEIA PORTA 800X490X1610 MM (LxPxH)	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	73	1.238,00	90.374,00
			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	30		37.140,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		123.800,00
04	ARMÁRIO EXTRA ALTO FECHADO 800X490X2140 MM (LxPxH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	62	1.791,00	111.042,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	200		358.200,00
05	BALCÃO CURVO ALTO 2018X684X1130 MM (LxPxH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	05	2.296,00	11.480,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	15		34.440,00
06	BALCÃO RETO ALTO 1854X684X1134 MM (LxPxH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	05	1.872,00	9.360,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	15		28.080,00
07	SUPORTE PARA PASTA SUSPENSA PARA ARMÁRIO FECHADO	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	05	173,00	865,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		17.300,00
08	ARMARIO CREDENZA TOTALMENTE REVESTIDO EM COURO NATURAL MARRON 2380X500X645 (LXPXH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	01	24.164,00	24.164,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	02		48.328,00
09	ARMARIO CREDENZA TOTALMENTE REVESTIDO EM COURO NATURAL MARRON 2380X500X645 (LXPXH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	05	1.942,00	9.710,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	30		58.260,00
10	ARMÁRIO BAIXO FECHADO EM VIDRO 800X490X740 MM (LxPxH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	05	1.186,00	5.930,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	30		35.580,00
11	ARMÁRIO ALTO MEIA PORTA DE VIDRO 800X490X1610 MM (LxPxH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	05	1.693,00	8.465,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	20		33.860,00
12	MESA RETA 1600X700X740 MM (LXPXH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	50	999,00	49.950,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	200		199.800,00

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:23:09 -03'00'
CARLOS ANTONIO PERCITTI:12726958857 ALBERTO CHIURATTO SEABRA:25830050804 Assinado de forma digital por ALBERTO CHIURATTO SEABRA:25830050804 Dados: 2019.02.21 17:51:12 -03'00'
PREFEITURA DE BELÉM SETOR DE PROTOCOLO FL. 05

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:23:09 -03'00'
CARLOS ANTONIO PERCITTI:12726958857 ALBERTO CHIURATTO SEABRA:25830050804 Assinado de forma digital por ALBERTO CHIURATTO SEABRA:25830050804 Dados: 2019.02.21 17:51:12 -03'00'
Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89005-4527-8218-b2ff-e96fe6

FL. 1129 Assinatura

13	MESA RETA 1400X700X740 MM (LXPXH)	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	16	899,00	14.384,00
			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	200		179.800,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	400		359.600,00
14	MESA RETA 1200X700X740 MM (LXPXH)	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	223	894,00	199.362,00
			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	150		134.100,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	400		357.600,00
15	MESA RETA 1000X700X740 MM (LXPXH)	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	141	785,00	110.685,00
			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	100		78.500,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		78500,00
16	MESA RETA 800X700X740 MM (LXPXH)	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	89	729,00	64.881,00
			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	10		7.290,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	50		36.450,00
17	MESA DE REUNIÃO COMPOSTA POR MÓDULOS DE 1200X1200X740 MM (LXPXH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	05	1.169,00	5.845,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	80		93.520,00

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:24:41 -03'00'
ALBERTO CHIURATTO SEABRA:25830950804 Assinado de forma digital por ALBERTO CHIURATTO SEABRA:25830950804 Dados: 2019.02.21 19:35:16 -03'00'

SETUR - PREFEITURA DO RECIFE FL. Nº

FL. 1130 Assinatura

18	MESA DE REUNIÃO CIRCULAR 1100X740 MM (DXH)	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	110	691,00	76.010,00
			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	50		34.550,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		69.100,00
19	MESA DE REUNIÃO RETANGULAR 2000X900X740 MM (LXPXH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	20	1.428,00	28560,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		142.800,00
20	MESA ORGÂNICA 1600X700X1600X700X740 MM (LXPXLXPXH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	10	1.485,00	14.850,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		148.500,00
21	MESA ORGÂNICA 1400X700X1400X700X740 MM (LXPXLXPXH) - Travessa de ligação	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	20	1.348,00	26.960,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	300		404.400,00
22	MESA ORGÂNICA 1200X700X1200X700X740 MM (LXPXLXPXH) -	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	20	1.196,00	23.920,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	200		239.200,00
23	GAVETEIRO VOLANTE COM 4 GAVETAS 400X490X639 MM (LXPXH) OU 330X490X639 MM (LXPXH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	200	597,00	119.400,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	200		119.400,00
24	GAVETEIRO VOLANTE COM 3 GAVETAS 400X490X583 MM (LXPXH) OU 330X490X583 MM (LXPXH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	50	532,00	26.600,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO	Belém	300		159.600,00

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:25:10 -03'00'
ALBERTO CHIURATTO SEABRA:25830950804 Assinado de forma digital por ALBERTO CHIURATTO SEABRA:25830950804 Dados: 2019.02.21 19:35:16 -03'00'

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f869b6-8c58-462f-7a9f6e6

FL. 1131
Assinatura

			E APOIO (CMN)	/PA			
25	GAVETEIRO FIXO COM 2 GAVETAS (DIMENSÃO DO CORPO 400X485X322 (LXPXH)) OU (DIMENSÃO DO CORPO 330X485X322 (LXPXH))	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	20	399,00	7.980,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	200		79.800,00
26	MESA RETA EXECUTIVA 1800X800X740 MM (LXPXH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	10	1.598,00	15.980,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	80		127.840,00
27	MESA EXECUTIVA AUXILIAR 1400X800X740 MM (LXPXH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	10	1.070,00	10.700,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	150		160.500,00
28	ESTAÇÃO LINEAR PARA DUAS PESSOAS 1400X1400X740 MM (LXPXH)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	20	2.484,00	49.680,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	300		745.200,00
29	DIVISOR PARA MESA RETA E ORGÂNICA 1600MM.	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	20	360,00	7.200,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		36.000,00
30	DIVISOR PARA MESA RETA E ORGÂNICA 1400MM	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	20	297,00	5.940,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		29.700,00
31	DIVISOR PARA MESA RETA E ORGÂNICA 1200MM	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	20	259,00	5.180,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		25.900,00
32	MESA RETA PÉ PAINEL EM COURO	UND	158718 -	Marabá	01	24.890,00	24.890,00

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:25:41 -03'00'
CARLOS ANTONIO PEROTTI:12209583857
ALBERTO CHIURATTO SEABRA:2583 0950804

SETUR/ PREFEITURA DO RECIFE FL Nº 1131

FL. 1132
Assinatura

	MEDINDO 2200X1000X740mm		UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	/PA			
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	02		49.780,00
33	MESA DE CENTRO Ø 1000x350mm (Ø x H)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	05	498,00	2.490,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	50		24.900,00
34	MESA DE CANTO Ø 600x350mm (Ø x H)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	05	275,00	1.375,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	50		13.750,00
35	CADEIRA SECRETARIA ESPALDAR MÉDIO TELADA, COM BRAÇOS.	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	50	1.116,00	55.800,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		111.600,00
36	POLTRONA PRESIDENTE TELADA, COM BRAÇOS, APOIO DE CABEÇA E APOIO LOMBAR	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	40	2.160,00	86.400,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		216.000,00
37	POLTRONA ESPALDAR MEDIO FIXA TELADA COM BRAÇOS	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	50	1.227,00	61.350,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	200		245.400,00
38	POLTRONA GIRATÓRIA ESPALDAR MEDIO TELADA COM APOIO LOMBAR COM BRAÇOS E INCLINAÇÃO SINCRONIZADA	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	20	1.712,00	34.240,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		171.200,00
39	CADEIRA FIXA TRAPEZOIDAL OU 4 PÉS SEM BRAÇOS	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	250	532,00	133.000,00

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:26:16 -03'00'
CARLOS ANTONIO PEROTTI:12209583857
ALBERTO CHIURATTO SEABRA:2583 0950804

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pa.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99e5e1e9-4567-4c18-bb2d-7e96fe6

FL. 1133
Assinatura

			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	500		266.000,00
40	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS REGULÁVEIS	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	100	1.100,00	110.000,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	400		440.000,00
41	CADEIRA EXECUTIVA GIRATÓRIA SEM BRAÇOS	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	100	889,00	88.900,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	200		177.800,00
42	POLTRONA DIRETOR FIXA SUSPENSA COM BRAÇOS FIXOS	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	20	829,00	16.580,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	200		165.800,00
43	POLTRONA DIRETOR GIRATÓRIA COM BRAÇOS REGULÁVEIS	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	100	1.395,00	139.500,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	150		209.250,00
44	POLTRONA PRESIDENTE GIRATÓRIA COM BRAÇOS REGULÁVEIS.	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	100	1.541,00	154.100,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		154.100,00
45	CADEIRA FIXA EM TELA TRAPEZOIDAL OU 4 PÉS COM BRAÇO.	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	50	914,00	45.700,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	200		182.800,00
46	CONJUNTO DE POLTRONA PARA SALA DE ESPERA COM 3 LUGARES E BRAÇO FIXO CONJUGADO.	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	108	2.581,00	278.748,00
			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	10		25.810,00

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:27:23 -03'00'
CARLOS ANTONIO PEROTTI:12259583857
ALBERTO CHIURATTO SEABRA:25830950804
SETUR-L PREFEITURA DO RECIFE FL. Nº 08

FL. 1134
Assinatura

			SUDESTE DO PARÁ				
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	80		206.480,00
47	CONJUNTO DE POLTRONA PARA AUDITORIO ESPALDAR MÉDIO COM PRANCHETA EM LONGARINA OU FIXA (01 LUGAR)	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	50	983,00	49.150,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	200		196.600,00
48	POLTRONA ESPALDAR MÉDIO PARA AUDITORIO COM PRANCHETA E ASSENTO REBATÍVEL	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	100	1.880,00	188.000,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	800		1.504.000,00
49	POLTRONA DE AUDITÓRIO PARA OBESOS COM PRANCHETA	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	10	3.176,00	31.760,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		317.600,00
50	CADEIRA CAIXA COM BRAÇOS	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	10	1.318,00	13.180,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	80		105.440,00
51	CADEIRA GIRATÓRIA SEM BRAÇOS EM TELA.	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	10	998,00	9.980,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		99.800,00
52	CADEIRA FIXA EM TELA C/4 PÉS E SEM BRAÇO	UND	158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	200	698,00	139.600,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	200		139.600,00
53	CADEIRA CAIXA SEM BRAÇO	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	264	1.091,00	288.024,00

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:27:23 -03'00'
CARLOS ANTONIO PEROTTI:12259583857
ALBERTO CHIURATTO SEABRA:25830950804
Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-1968-4c58-b02f-7e96fe6

FL. 1135 Assinatura

			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	10		10.910,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	100		109.100,00
54	SOFÁ DE 1 LUGAR	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	32	1.814,00	58.048,00
			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	02		3.628,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	30		54.420,00
55	SOFÁ DE 2 LUGARES	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	50	2.810,00	140.500,00
			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	10		28.100,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	50		140.500,00
56	SOFÁ DE 3 LUGARES	UND	153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Natal /RN	58	3.843,00	222.894,00
			158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Marabá /PA	20		76.860,00
			160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)	Belém /PA	50		192.150,00
VALOR TOTAL ÓRGÃOS PARTICIPANTES: QUINZE MILHÕES QUINHENTOS E SETENTA E CINCO MIL E SEIS REAIS							**R$ 15.575.006,00**
VALOR TOTAL ATA: VINTE SEIS MILHÕES NOVENTA E UM MIL SETECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS							**R$ 26.091.734,00**

O valor GLOBAL DESTA ATA SERÁ DE: R$ 26.091.734,00 (VINTE SEIS MILHÕES NOVENTA E UM MIL SETECENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo para entrega dos itens acima, tanto para o órgão gerenciador quanto para os órgãos participantes, é de 45 (quarenta e cinco) dias.

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:27:59 -03'00'

SETUR-PREFEITURA DO RECIFE FL. Nº 08

FL. 1136 Assinatura

SUBCLÁSULA SEGUNDA: Será registrado em Ata de Formação do Cadastro de Reversa os licitantes que nos termos do artigo 11 do decreto nº 7.892/2013, aceitarem cotar o objeto deste certame com preço igual ao do(s) vencedores da licitação (caso houver algum registro).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E VALIDADE DOS PREÇOS

Esta Ata é documento vinculativo a Ata de Registro de Preços do sitio Comprasnet.gov.br, com característica de compromisso para futura contratação, terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação do seu extrato no DOU, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último dia.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços do sitio Comprasnet.gov.br, a UFPA não estará obrigada a contratar o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa vencedora, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: A partir da Homologação da Ata de Registro de Preços, a empresa vencedora assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, o objeto da Ata e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A contratação decorrente deste Registro de Preço será formalizada por Autorização de Fornecimento, que será enviada à empresa vencedora por fax ou e-mail pela UFPA.

SUBCLÁUSULA QUARTA: Com a assinatura da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, estará caracterizado o compromisso com o objeto desta Licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DESTE REGISTRO DE PREÇO E ORGÃOS PARTICIPANTES

O Órgão gerenciador deste Registro de Preço será a UFPA (UASG 153063) através de sua Subunidade Fiscalizadora. São participantes desta ata os seguintes órgãos:

- **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

UASG: 158718 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. Logradouro: Q. FOLHA 31 - QUADRA 7 - LOTE ESPECIAL.
Cidade: Marabá/PA
Gestor de Compras: RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA. CPF: 591.186.282-49.
Telefone: 94 – 21017178 / 99170696.
Email: raimundo.silva@unifesspa.edu.br

- **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

UASG: 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Logradouro: AV.SEN.SALGADO FILHO, 3000-LAGOA NOVA-NATAL/RN.
Cidade: Natal/RN. Cep: 59072970
Gestor de Compras: JULIO CESAR DE MEDEIROS MEIRA. CPF: 067.165.604-08.
Telefone: 84 - 33422274. Email: juliocesar@dmp.ufrn.br

- **COMANDO DO EXERCITO**

UASG: 160196 - BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN). Logradouro: RUA JOAO DIOGO Nº 458 - BAIRRO COMERCIO.
Cidade: Belém/PA

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:28:29

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99890e1d-1e5f-458e-be2f-7e96fe6

FL. 1137
Assinatura

Gestor de Compras: PATRICIA GAIA RANIERI. CPF: 869.583.802-15.
Telefone: 91 – 37203719. Email: salcbasecmn@gmail.com

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE POR ÔNUS E ENCARGOS

Serão de inteira e exclusiva responsabilidade da empresa vencedora, na forma do art.71 da Lei nº 8.666/93, os salários dos seus empregados e todos os encargos previstos pelas leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e sociais, inclusive os relacionados a acidentes de trabalho, impostos, gratificações, etc., resultantes, direta ou indiretamente, da execução desta Ata e ainda por multas que vierem a ser aplicadas por infração aos dispositivos legais, regulamentares e contratuais, por parte da empresa, ou em virtude de qualquer ato ou omissão de seus prepostos subcontratados.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: A inadimplência da empresa, com referência aos ônus ou encargos especificados nesta cláusula, não transfere à UFPA a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da Ata ou restringir a apropriação do resultado alcançado.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: O pessoal que a empresa vencedora empregar para a execução do fornecimento ora avençado não terá vínculo de qualquer natureza com a UFPA e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, tudo da exclusiva responsabilidade da empresa. Na eventual hipótese de vir a UFPA a ser demandada judicialmente, a empresa a ressarcirá de qualquer despesa que em decorrência vier a pagar, inclusive àquelas oriundas de deslocamento efetuados.

CLÁSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: Adota-se como critério de justiça e obediência ao princípio jurídico da razoabilidade, o escalonamento e tipificação de eventos sancionáveis em editais de pregão, abaixo descritos, garantindo o direito de exercício prévio de ampla defesa nos processos de sancionamento com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atendendo a recomendação constante no subitem 9.5.1.1 do Acórdão TCU/Plenário nº 1.793/2011, art. 7º da Lei 10.520/2002, com respectivos prazos de duração:

EVENTOS:	SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS:
I- Forjar a classificação como **microempresa ou empresa de pequeno porte** para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	**1.** Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. Acórdão TCU/PL nº 3074/2011.
II- Descumprir **prazos estabelecidos pelo pregoeiro** durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	**2.** Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- **Desistir do lance**, sem justificativa, durante a sessão pública ou **não mantiver a proposta** na fase de aceitação.	**3.** Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- **Não apresentar ou deixar de apresentar documentação** solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	**4.** Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
V- Apresentar **proposta comercial em desacordo** com o Edital, ocasionando a frustação do certame em qualquer sentido.	**5.** Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar **documentação falsa** durante a licitação ou contratação.	**6.** Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. **7.** Comunicar ao Ministério Público Federal para apurações de sanções de ordem penal.
VII- Não manter as **condições habilitatórias** durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de preços.	**8.** Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
VIII- **Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata**.	**9.** Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. **10.** Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
IX- **Entregar o objeto fora do prazo** estabelecido no edital e termo de referência.	**11.** Advertência **12.** Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- **Não efetuar a troca do objeto**, quando notificado, durante a contratação.	**13.** Advertência; **14.** Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. **15.** Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XI- **Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.**	**16.** Advertência **17.** Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
XII- **Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem** do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	**18.** Advertência **19.** Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. **20.** Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do equipamento.
XIII- Deixar de entregar **documentação original** exigida neste Edital durante a licitação ou contratação.	**21.** Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.
XIV- Comportar-se de **modo inidôneo na licitação** ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regramento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	**22.** Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. **23.** Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XV- Cometer **fraude fiscal** durante a licitação ou contratação.	**24.** Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. **25.** Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho. **26.** Comunicar ao Ministério Público Federal.
XVI- Não recompor **níveis de serviços acordados**, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual	**27.** Impedimento de licitar com a UFPA pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
XVII- Deixar de executar **qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital** da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	**28.** Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XVIII- **Não celebrar contrato**, em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	**29.** Impedimento de Licitar com a União por, no mínimo, 1(um) ano.
XIX- Inexecução total, previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	**30.** Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos. **31.** Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho ou valor da parcela.
XX- Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	**32.** Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 1 (um) ano. **33.** Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
XXI- Denegrir ou caluniar equipes técnica e de pregoeiro, bem como pessoas que integram os processos da UFPA, em razão de denúncias sob a acusação de	**34.** Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal pelo período de 5 (cinco) ano.

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:29:09 -03'00'

SEI/UFPA - 0009168 - Termo de Contrato

FL. Nº 1140

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 8d8916b9-1966-45e7-8258-b62ff7a96fe6

FL. 1139
Assinatura

direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	
XXII- Descumprimento das especificações técnicas de sustentabilidade aceitas e declaradas.	**35.** Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XXIII- Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	**36.** Declaração de inidoneidade
XXIV- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	**37.** Declaração de inidoneidade
XXV- Frustrar ou *fraudar*, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	**38.** Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. **39.** Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVI- Impedir, perturbar ou *fraudar* a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.	**40.** Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. **41.** Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVII- Criar, de modo *fraudulento* ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;	**42.** Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. **43.** Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVIII- Manipular ou *fraudar* o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública	**44.** Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. **45.** Publicação extraordinária da decisão condenatória.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a UFPA poderá proceder a rescisão unilateral do compromisso, hipótese em que a empresa vencedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital. Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no art. 7º da Lei nº 10.250/2002.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA: As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela UFPA ou cobradas diretamente da empresa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Edital.

SUBCLÁUSULA QUARTA: A defesa a que alude o caput deste item poderá ser exercida pelo interessado, de acordo com o § 2º do art. 87 da Lei nº 8.666/93 no respectivo processo no prazo de 5(cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 9.784/1999.

SUBCLÁUSULA QUINTA: Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da UFPA que deverá examinar a legalidade da conduta da empresa. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela UFPA, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas no subitem 24.1 do edital.

SUBCLÁUSULA SEXTA: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, na Ata e nas demais cominações legais. Qualquer recurso terá efeito suspensivo.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA: Após as decisões sobre aplicação ou manutenção de qualquer penalidade, o licitante ou contratado poderá impetrar recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, submetê-lo à autoridade superior, com a

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:30:07 -03'00'

CARLOS ANTONIO PEROTTI:12259583857

ALBERTO CHIURATTO SEABRA:25830950604

FL. 1140
Assinatura

instrução necessária, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em prazo de mais 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

CLÁSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As cláusulas quanto ao recebimento do objeto registrado em ata, condições de fornecimento, do controle e alteração de preços, acréscimos e supressões, condições de pagamento, dotação orçamentária, obrigações do contratante e da contratada, da fiscalização do fornecimento, da vigência e da eficácia, do cancelamento do Registro de Preços, das penalidades e sanções, do local, prazo de entrega e garantia do objeto, e demais disposições gerais, estão dispostas no instrumento convocatório deste certame licitatório, o Edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição, como se aqui estivessem integralmente transcritos ***(em observância do art. 55, XI, da Lei 8666/93).***

Além da sujeição às próprias cláusulas e às normas da Lei 8.666/93, a presente Ata regula-se também pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, especialmente, aos casos omissos.

As questões decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços do sitio Comprasnet.gov.br, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal da 1ª Região, Seção Judiciária de Belém, Estado do Pará, afastado qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Declaram as partes que esta Ata, vinculado a Ata de Registro de Preços do sitio Comprasnet.gov.br, corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E por assim estarem juntas e avençadas, assinam o presente instrumento, **em 02 (duas) vias originais**, de igual teor, para todos os fins de direito e de Justiça, na presença de duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

26, fevereiro, 2019.

Pela UFPA:

Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho
Reitor da UFPA
CPF: 153.515.992-87

_____ / _____ / _____.

Pela EMPRESA FORNECEDORA:

JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Assinado de forma digital por JOSE ALBERTO CHIURATTO:89005155868 Dados: 2019.02.21 17:16:05 -03'00'

JOSÉ ALBERTO CHIURATTO
Diretor Presidente da Empresa
CPF: 890.051.558-68

ALBERTO CHIURATTO SEABRA:25830950604 Assinado de forma digital por ALBERTO CHIURATTO Dados: 2019.02.21 18:42:20 -03'00'

CARLOS ANTONIO PEROTTI:12259583857

SETOR PREFEITURA RECEBIDO FL Nº 1140

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-1966-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Pernambuco

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003.2019.SAD

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, com sede na Avenida Engenheiro Antônio de Góes, nº 194, Pina, CEP 51.010-000, Recife, Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 10.572.030-0001-80, neste ato representada pelo Gerente Geral de Compras e Contratos do Estado, o Senhor WAGNER BENIGNO GONÇALVES RIBEIRO LYRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade do Recife/PE, CPF nº 040.389.784-00, devidamente autorizado pelo Exmo. Senhor Governador do Estado de Pernambuco, nomeado pelo Ato nº 2.648, de 06/02/2015, publicado no DOE em 07/02/2015, nos termos do que dispõem as Leis 8.666/93 e 10.520/02 e face ao resultado obtido no Pregão Eletrônico referenciado, resolve REGISTRAR OS PREÇOS ofertados pelas empresas vencedoras do certame: **2G TURISMO & EVENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 11.126.361/0001-03, com sede na Rua Irene Ramos Gomes de Mattos, nº 97, Sala 01, Boa Viagem, Recife, Pernambuco, CEP nº 51.011-530, aqui representada por GLADSON JOSÉ ALVES DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 8.500.880 SDS/PE, CPF nº 096.491.107-37; e, **BRASLUSO TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 09.480.880/0001-15, com sede na Avenida Domingos Ferreira, nº 1486, Loja 5, Boa Viagem, Recife, Pernambuco, CEP nº 51.111-020, aqui representada por ANTONIO MANOEL CAMPOS CRISÓSTOMO, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 1.021.864 SSP/PE, CPF nº 152.846.894-53. Declarando desde já que os ratifica e se compromete a mantê-los durante a vigência da Ata, consoante às seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. Esta Ata de Registro de Preços Corporativa tem como objeto a prestação de serviços de reserva, emissão e entrega de bilhetes aéreos para viagens nácionais e internacionais e demais serviços correlatos, através de disponibilização de sistema informatizado para atender as demandas dos órgãos e entidades que integram o Poder Executivo do Estado de Pernambuco;

1.2. Ressalte-se que a motivação para a formalização de uma Ata de Registro de Preços Corporativa com o objeto em epígrafe encontra fundamento no artigo 24 do Decreto Estadual nº 42.530/2015, uma vez que, com a publicação desse diploma normativo mencionado, documentos licitatórios dessa natureza passaram a integrar o rol de produtos entregues pela Secretaria de Administração.;

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

2. DO PREÇO, DA REVISÃO E DO REAJUSTE

2.1. O Fornecedor se compromete a fornecer o(s) item(ns) de acordo com os seguintes preços:

LOTE 01

2G TURISMO & EVENTOS LTDA - CNPJ/MF nº 11.126.361/0001-03				
Descrição do Objeto	**Quantidade de Transação Estimada Anual**	**Percentual de Desconto sobre o Valor das Passagens**	**Valor Anual para Despesa com Passagens Aéreas**	**Valor Total para O Lote**
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e entrega de bilhetes aéreos para viagens nacionais e internacionais e demais serviços correlatos.	A	B	C	D = C - (C x B)
	20.000	-5,08%	R$ 5.606.845,00	R$ 5.322.017,27

LOTE 02 BRASLUSO TURISMO LTDA - CNPJ/MF nº 09.480.880/0001-15				
Descrição do Objeto	**Quantidade de Transação Estimada Anual**	**Percentual de Desconto sobre o Valor das Passagens**	**Valor Anual para Despesa com Passagens Aéreas**	**Valor Total para O Lote**
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e entrega de bilhetes aéreos para viagens nacionais e internacionais e demais serviços correlatos..	A	B	C	D = C - (C x B)
	20.000	-5,08%	R$ 5.606.845	R$ 5.322.017,27

TOTAL	**R$ 10.644.034,54**

2.2. O preço a ser praticado está devidamente registrado neste instrumento e é considerado completo, ou seja, abrange todos os encargos de natureza tributária, previdenciária, transporte ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente possam incidir sobre o produto;

2.3. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrito nesta Ata de Registro de Preço ofertado no Pregão Eletrônico nº 0172.2018.SAD de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro;

2.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

2.5. Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

2.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o Fornecedor não puder comprovadamente cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador pode:

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-1966-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

2.6.1. Liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

2.6.2. Convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou dos itens correspondentes do referido fornecedor, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Diante da nova sistemática adotada pelo Decreto Estadual nº 42.530/2015, não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços;

2.9. Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual Contratante;

2.10. A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, nos termos do artigo 58, §2º, da Lei nº 8.666/1993;

2.11. Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, no contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, de acordo com o artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993.

2.12. O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata, somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme prevê o inciso III do artigo 1º da Lei Estadual nº 12.525/2003.

3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. São participantes deste registro de preços todos os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, nos termos do artigo 1º do Decreto Estadual nº 42.530/2015;

3.2. A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade na prestação dos serviços, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste documento, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

4. DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha

participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no Decreto Estadual nº 42.530/2015;

4.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

4.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;

4.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados;

4.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;

4.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

5. DOS CÓDIGOS DO E-FISCO

5.1. Códigos dos itens do Sistema e-Fisco:

E-Fisco	Descrição
216999-1	SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGEM – Aérea, nacional e internacional, com taxa de embarque.

6. DA CONVOCAÇÃO PARA AS ASSINATURAS DECORRENTES DO REGISTRO DE PREÇO

6.1. A Detentora da Ata terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação, para assinar o Contrato ou entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, nos termos das contratações levadas a efeito;

6.2. A recusa injustificada da empresa Detentora da Ata em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item anterior, acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração, além do cancelamento do registro do fornecedor, conforme o disposto no artigo 20, inciso II, do Decreto nº 42.530/2015, em consonância com o disposto no edital que deu origem a essa Ata;

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-1966-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Pernambuco

6.3. A contratação será precedida da inscrição do licitante no CADASTRO DE FORNECEDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO (CADFOR) e da emissão de Nota de Empenho, sendo convocado o adjudicatário para assinatura do termo de contrato;

6.4. No ato da contratação, se for o caso, a empresa Detentora da Ata deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

7. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

7.1. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, período no qual a Detentora da Ata se obriga a garantir o objeto e os preços registrados durante esse período;

7.2. Os contratos oriundos de adesão terão vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser estendido para o exercício financeiro subsequente apenas para complementação do prazo de 12 meses;

7.2.1. No exercício seguinte, as despesas correrão a conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita mediante apostilamento no início de cada exercício financeiro, sob pena de rescisão antecipada do contrato.

7.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazos previstos neste documento, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;

7.4. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da convocação para a assinatura do contratual ou se recuse a assiná-lo nas condições estabelecidas na proposta aceita, poderão ser convocados para assinar a Ata de Registro de Preços os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, obsevados os artigos 11 e 12 do Decreto Estadual nº 42.530/2015, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, e no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. A Contratada poderá, nos termos do art. 72 c/c art. 78 da Lei nº 8.666/93, subcontratar a parte referente ao Sistema WEB objeto deste certame.

9. DO CRITÉRIO PARA O FORNECIMENTO DAS PASSAGENS AÉREAS

9.1. As passagens serão fornecidas **sempre pelo menor preço**, na categoria econômica, dentre aqueles oferecidos pelas Companhias Aéreas, inclusive as decorrentes da aplicação de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem;

9.2. Poderá ser autorizado pelos Usuários Autorizadores, o fornecimento de passagem fora das prescrições supracitadas mediante justificativa registrada no sistema.

10. DO PRAZO DE ENTREGA DOS BILHETES E DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

10.1. O prazo de entrega/disponibilização dos bilhetes será de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação.

10.2. O atendimento será efetuado de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 18 horas e nos sábados das 08 horas às 12 horas. Deverá, também, ser garantido atendimento fora do horário estipulado, nos finais de semana e feriados, através de central telefônica, nos aeroportos e/ou outros meios a serem definidos, sujeito a anuência do Contratante.

11. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Durante a vigência da Ata, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante e, também, pela Secretaria de Administração, devendo a Detentora da Ata fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

11.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;

11.3. A fiscalização e a gestão do contrato ficarão a cargo de servidores distintos designados pelo órgão Contratante que deverão acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas;

11.4. A Detentora da Ata deverá manter preposto, aceito pela Secretaria de Administração, estabelecido e registrado na assinatura da Ata, durante o período de sua vigência, para representá-la sempre que for necessário.

11.5. Cabe ao **fiscal do contrato**:

11.5.1. Responsabilização pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do serviço;

11.5.2. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto da contratante quanto da contratada;

11.5.3. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (artigos 38 e 109 da Lei 8.666/93) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

11.5.4. Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos;

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Pernambuco

11.5.5. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas etc.;

11.5.6. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

11.5.7. Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando entrega diversa daquela que se encontra especificado no edital da licitação e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

11.5.8. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;

11.5.9. Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

11.6. Cabe ao **gestor do contrato**:

11.6.1. Inserir as informações da aquisição realizada no Sistema a ser disponibilizado pela Contratada a fim de viabilizar a emissão de relatórios de gestão;

11.6.2. Verificar, nos sites disponíveis na WEB, a existência de preços mais vantajosos para o trecho que pretende adquirir e exigir da empresa a aquisição da passagem de menor valor encontrado, ainda que oriundo de outra fonte que não o Sistema WEB disponibilizado pela Contratada.

11.6.3. Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à Contratada;

11.6.4. Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente;

11.6.5. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;

11.6.6. Emitir avaliação da qualidade do objeto fornecido;

11.6.7. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

11.6.8. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;

11.6.9. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;

11.6.10. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

11.6.11. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;

11.6.12. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1. À Secretaria de Administração, órgão gestor da Ata de Registro de Preços, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições desta contratação e, deverá, ainda:

12.1.1. Acompanhar, fiscalizar e assinar a Ata de Registro de Preços;

12.1.2. Providenciar a publicação inicial e trimestral do extrato da Ata de Registro de Preços;

12.1.3. Autorizar os órgãos e entidades participantes do registro de preços a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados;

12.1.4. Observar os limites estabelecidos para os Órgãos Participantes e Não Participantes nos termos do artigo 10, incisos II e III, do Decreto Estadual nº 42.530/2015;

12.1.5. Providenciar a indicação, sempre que solicitado, dos Fornecedores registrados para atendimento às necessidades do órgão ou entidade requerente;

12.1.6. Verificar, periodicamente, a vantajosidade do objeto da Ata de Registro de Preço;

12.1.7. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

12.1.8. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

12.2. Observar os princípios que regem à Administração quando da liberação de saldo a ser consumido pelos órgãos Participantes, observando as seguintes situações:

12.2.1. Na hipótese de existir mais de uma empresa fornecendo itens idênticos com preços iguais, caberá ao Gerenciador observar o Princípio Constitucional da Isonomia, equilibrando as quantidades entre os fornecedores, na medida em que forem sendo solicitadas pelos Órgãos Participantes;

12.2.2. Quando duas ou mais empresas distintas vencerem, cada uma, Itens idênticos com preços diferentes, o Gerenciador deverá autorizar o consumo das quantidades, primeiro, da empresa que ofertou o menor valor, com vistas aos Princípios da Economicidade e Vantajosidade. Apenas quando as quantidades desse fornecedor acabarem, deverão ser disponibilizados, para

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Pernambuco

consumo, o quantitativo registrado para a(s) empresa(s) que, por ventura, tenham ofertado valores maiores.

12.2.3. Na hipótese de os Fornecedores, com vistas à obtenção da preferência especificada no anterior, solicitarem redução de valores registrados, deverá o Gerenciador informar às demais empresas que, por ventura, tenham registrados itens idênticos ao da referida solicitante, oportunizando às demais Detentoras a possibilidade de, também, reduzir o seu preço registrado.

12.3. A Secretaria de Administração deverá, ainda:

12.3.1. Estabelecer a parametrização do(s) sistema(s) definindo:

12.3.1.1. Modelos padrão de relatórios;

12.3.1.2. Hierarquia de autorização;

12.3.1.3. Perfis de usuário.

12.4. Validar plano de capacitação aos órgãos proposto pela Contratada, que deve contemplar duas atividades: Treinamento e Operação assistida.

12.4.1. O plano de capacitação deve prever estratégias para treinamento individual e em turmas de acordo com o perfil do usuário.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. O órgão ou entidade Contratante deverá tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste registro de preços, obrigando-se, ainda, a:

13.1.1. Solicitar a emissão, autorização, cancelamento, alteração de bilhetes de passagens, mediante o pertinente instrumento de solicitação;

13.1.1.1. Na hipótese de impossibilidade circunstancial da utilização do sistema informatizado, o Contratante deverá justificar o não uso do referido sistema, comprovando, efetivamente, que a passagem foi adquirida pelo menor preço praticado no mercado;

13.1.1.2. A comprovação de que a passagem foi adquirida pelo menor preço praticado no mercado poderá ser demonstrada por meio de pesquisa aos principais sites de vendas de passagens aéreas (v.g.: Submarino, Decolar, Google Voos, sites das companhias aéreas etc.)

13.1.2. Permitir acesso da Contratada às dependências do Contratante para a entrega dos bilhetes de passagens, quando for o caso;

13.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

13.1.4. Comunicar à Contratada a ocorrência de divergências entre a solicitação e a emissão e promover a devolução do bilhete de passagem para correção;

13.1.5. O atesto das faturas correspondentes ao fornecimento dos bilhetes de passagens aéreas caberá ao Contratante, através de servidor(es) designado(s) para esse fim;

13.1.6. O Contratante deverá informar o setor/unidade responsável pelo controle e pela execução da contratação, que deverá criar controles específicos para identificar a natureza da passagem aérea a fim de evitar equívocos nas fases de liquidação e pagamento da despesa;

13.1.7. Viabilizar instalações adequadas ao treinamento de usuários.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DETENTORA DA ATA

14.1. Executar os serviços na forma e termos reportados nos respectivos instrumentos contratuais, nas especificações técnicas contidas no Edital e em sua proposta de preço;

14.2. Executar os serviços listados a seguir, que contemplam:

14.2.1. Serviços de informações, disponibilizando dados sobre horários, escalas, conexões e aeronaves solicitadas pelos usuários;

14.2.2. Reserva, marcação, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, **destacando a tarifa mais barata disponível no momento**, que atendam aos trechos, horários, datas, períodos e classes de serviços solicitados pelos empregados da Contratante;

14.2.3. Contratar e discriminar o valor do seguro, no caso de passagens aéreas internacionais para destinos onde é obrigatória a sua contratação, distinguindo-o dos demais valores na fatura a ser enviada ao Contratante;

14.2.3.1. Providenciar, no prazo de 24 (vinte e quatro horas), contado da solicitação pelo Contratante, cotação em companhia seguradora, para aprovação do custo e autorização da emissão pelo Contratante, de seguro de assistência médica por acidente ou enfermidade, incluindo despesas médico/hospitalares, reembolso farmácia e odontológico, traslado e repatriamento em caso de acidente/doença ou morte, em viagens ao exterior, com as seguintes coberturas:

a) Cobertura para morte acidental, considerando o evento com data caracterizada, súbito, involuntário e que tenha como consequência direta a morte do passageiro; e

b) Cobertura para invalidez por acidente, considerando perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão do passageiro.

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-1966-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

14.2.3.2. As coberturas oferecidas deverão observar, minimamente, os valores abaixo, a fim de atender às exigências do Tratado de Schengen e para garantir a efetividade das demais coberturas, independentemente do destino da viagem:

a) Assistência médica (despesas médico-hospitalares) por acidente ou enfermidade (por evento): R$ 90.000,00 (noventa mil reais);

b) Assistência/despesas farmacêuticas (por evento): R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

c) Assistência odontológica (por evento): R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

14.2.3.3. A Contratada deverá encaminhar ao Contratante a apólice de seguro, juntamente com a comprovação da contração da melhor cotação, mediante apresentação de pelo menos 03 (três) cotações, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da autorização da emissão pelo Contratante;

14.2.4. *Check-in* antecipado, nos aeroportos que disponibilizem esse serviço, respeitados os prazos mínimos exigidos pelas companhias aéreas, **sem custo adicional** para a Contratante;

14.2.5. Serviço de solicitações pelo empregado de reservas, emissões e alterações em caráter emergencial, quando da necessidade, através de telefone, sendo posteriormente registradas no sistema pela Contratada, ficando sujeita a posterior validação do empregado solicitante;

14.2.5.1. Serão consideradas solicitações de caráter emergencial, passíveis de atendimento por telefone ou outra forma de comunicação indicada pela Contratada, as solicitações realizadas fora do horário comercial, entre 18h e 8h, em fins de semana, feriados nacionais, estaduais, ou para emissão, alteração e remarcação de passagens aéreas com prazos inferiores a 3h do horário do voo, possibilitando a efetiva solução para eventuais problemas decorrentes da prestação de serviços, **sem custo adicional** para a Contratante;

14.2.6. Serviços de sistema informatizado em ambiente Internet, utilizando *browser* para realização de todo o processo de pesquisa de informações, solicitações de reserva, emissões e alterações, para bilhetes aéreos, hotéis e locação de veículos, como também a disponibilização de módulo *on-line* (podendo utilizar *e-mail*), em ambiente Internet, utilizando *browser*, para realização do processo de aprovação de viagens e serviços pelos gerentes da Contratante ou pessoas designadas por esses, através de rotina de *workflow*.

14.3. **Disponibilizar sistema "*on-line*" automatizado, via Internet, localizado em ambiente computacional próprio,** sem ônus para o Contratante que terá obrigatoriamente, no mínimo, as seguintes funcionalidades e características:

14.3.1. Reservar e emitir, via internet, os bilhetes aéreos, inclusive, com utilização do "*e-Ticket*";

14.3.2. Informar aos usuários todas as opções de voos disponíveis para o trecho e o dia requisitados, destacando a opção que apresente o valor mais baixo para o dado momento. No caso da reserva efetuada pelo usuário não se configurar como a de menor valor ou fora da política de

viagens do Estado, o sistema deverá alertar informando que a opção selecionada não é a de valor mais baixo. Nesses casos o sistema deverá disponibilizar campo específico para que o usuário justifique a opção selecionada. O sistema registrará a tarifa mais barata disponível e a escolhida;

14.3.3. Operar diretamente com as principais companhias aéreas que atuam regularmente nos mercados nacional e internacional;

14.3.4. Permitir o registro de acordos corporativos realizados diretamente pelo Contratante com as Companhias Aéreas. Nestes acordos, as companhias estabelecem preços promocionais para determinados trechos e classes, os quais serão codificados para utilização no sistema disponibilizado pela Contratada. Ou seja, na compra de um determinado trecho contemplado pelo acordo, deverá aparecer mais de uma opção de tarifa no sistema;

14.3.5. Possuir tempo de resposta médio não superior a 30 (trinta segundos) para a exibição de todas as opções de voos disponíveis para o trecho e dia requisitados;

14.3.6. Permitir a criação de perfis de usuários com níveis de acesso definidos em, no mínimo, quatro grupos:

a) **Grupo de Usuários Solicitantes** – formado por servidores/funcionários designados pela Contratante, com atribuição exclusiva de solicitar a reserva e a emissão de bilhetes;

b) **Grupo de Usuários Autorizadores** – formado por servidores/funcionários designados pela Contratante com atribuição de efetuar a análise das solicitações de aquisição, conceder aprovação para as que estiverem em conformidade, solicitar alterações, efetuar o cancelamento, entre outras atribuições correlatas;

c) **Grupo de Usuários Passageiros** – formado por servidores/funcionários que, de fato, realizam as viagens, com atribuição de consulta e impressão das transações registradas em nome próprio;

d) **Grupo de Usuários Emissores (Agência Contratada)** – formado por funcionários da agência Contratada, com atribuição de efetivamente emitir os bilhetes aéreos, promover cancelamento e quaisquer alterações dos bilhetes aéreos emitidos.

14.3.7. Permitir o cadastro e a atualização dos dados completos dos usuários de acordo com os grupos de usuários. Podendo essas informações serem cadastradas direto no sistema ou através de integração com sistemas da Contratante;

14.3.8. Permitir importação para cadastramento e atualização dos dados completos dos usuários a partir de informações disponibilizadas pelos sistemas corporativos do Governo do Estado;

14.3.9. Permitir o cadastramento da Política de viagens do Estado, possibilitando validação automática pelo sistema em todas as etapas do serviço de reserva;

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-1966-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

14.3.10. Permitir o cadastramento dos limites orçamentários de cada Contratante. Informando o valor total do empenho com seus respectivos saldos por período;

14.3.11. Permitir registro e operações de forma setorial (órgãos e entidades do Estado) e corporativa (visão em conjunto de todos os órgãos e entidades) em uma única base de dados, por se tratar de um sistema corporativo para a contratante;

14.3.12. Disponibilizar aos usuários a emissão no mínimo, dos seguintes relatórios no Sistema WEB:

a) **Relatório de Acompanhamento Financeiro**, por órgão/entidade, contendo o número da fatura, data da emissão das passagens, nome dos passageiros, empresa aérea, todos os valores registrados detalhadamente, com disponibilização de representações gráficas;

b) **Relatório por Companhia Aérea** individual e geral, com disponibilização de representações gráficas;

c) **Relatório Analítico,** contendo órgão contratante, passageiro, data da emissão da passagem, nome da empresa aérea, trecho, tarifa de valor mais baixo, tarifa escolhida, taxa de embarque, taxa de transação, valor líquido e a diferença percentual entre a de valor mais baixo e a tarifa escolhida, disponibilização de representações gráficas;

d) **Relatório de Acompanhamento das Compras** mensais por órgão/entidade, acumulando valores atualizados, por período solicitado;

e) **Relatório de Acompanhamento Mensal**, informando os valores e quantitativos totais adquiridos pelo Estado, os valores liquidados e os totais pendentes, se houver;

f) **Relatório de Desvios de Política**, destinado ao acompanhamento dos casos em que a tarifa selecionada se configurou como diferente da de valor mais baixo disponível, informando órgão contratante, passageiro, data da emissão da passagem, nome da empresa aérea, trecho, tarifa de valor mais baixo, tarifa escolhida, taxa de embarque, taxa de transação, valor líquido e a diferença percentual entre a de valor mais baixo e a tarifa escolhida, com possibilidade de apresentações gráficas;

g) **Relatório de Monitoramento de Pedidos**, contendo, com as respectivas data e hora, todas as solicitações de aquisição realizadas, sob análise, aprovadas, rejeitadas, modificadas e/ou pendentes para um dado período solicitado.

14.3.13. Possuir a funcionalidade de gerar todos os relatórios disponíveis, como também todas as informações armazenadas em seu banco de dados em meio eletrônico no formato PDF, XLS, XML, WebService ou outro similar, ficando a critério da Contratante a solicitação dos dados no formato de arquivo que melhor se adeque à sua necessidade e para que o mesmo possa acessar todos os dados disponíveis e realizar controles internos e auditoria;

14.3.14. Funcionar por meio de um aplicativo que utilize a internet como canal de acesso, sendo exigida a utilização de senhas de acesso com armazenamento criptografado por parte dos usuários dos órgãos e entidades do Estado;

14.3.15. Possuir um módulo gestor – parte do sistema que gerencia, administra e acompanha todos os processos relacionados à gestão de passagens, bem como, credencia os demais órgãos e entidades do Estado como usuários solicitantes dos serviços, na medida de suas necessidades. Este módulo deverá ter como principais funcionalidades:

a) Disponibilizar consulta dos serviços por usuário, parametrizado por período e característica do serviço;

b) Permitir limitação no valor das compras mensais para um determinado órgão/entidade;

c) Manutenção dos dados cadastrados dos órgãos/entidades, podendo essas informações serem cadastradas direto no sistema ou através de integração com sistemas da Contratante;

d) Manutenção dos usuários e gestores do sistema, representados pelos Órgãos/Entidades;

e) Consulta do histórico (*log's*) das transações efetuadas no sistema;

f) Consulta/relatório por Órgão/Entidade, totalizando quantidades e valores das transações (bilhetes emitidos);

g) Consulta da tarifação praticada;

h) Relatórios analíticos das transações por Órgão/Entidade.

14.3.16. Disponibilizar, no mínimo, os seguintes itens a serem informados na reposta ao serviço de reserva de passagem: nome do passageiro, órgão/entidade vinculado, itinerário com escalas e conexões, dia e hora da partida e número do pedido, da poltrona e do código de reserva;

14.3.17. Disponibilizar informações, por período e por órgão/entidade, informando para cada operação o valor, usuário solicitante, usuário autorizador, operador responsável e o total das despesas;

14.3.18. Manter em banco de dados as informações dos passageiros para que estas não necessitem ser informadas a cada novo acesso;

14.3.19. Dispor de mecanismos de segurança que permitam garantir a autenticidade, inviolabilidade e integridade das informações, mantendo sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços prestados, devendo as informações geradas serem armazenadas por cinco anos, mesmo após o término do contrato;

14.3.20. Funcionar em ambiente computacional disponível 24hs (vinte e quatro horas) x 07 (sete) dias por semana, conforme especificações do Acordo de Nível de Serviço;

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2f7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-1966-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

14.3.20.1. Em caso de indisponibilidade temporária do sistema, as reservas poderão ser requisitadas por telefone, fax, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação e as requisições de passagens serão efetivadas por meio de formulário próprio instituído pelo Contratante, por meio físico ou eletrônico, as quais deverão, todavia, ser alimentadas no sistema de gestão de passagens num prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da solicitação de emissão do bilhete;

14.3.21. Apresentar interface gráfica de fácil visualização e utilização, adaptada para a utilização de dispositivo móvel celular ou portátil e que permita a identificação dos acessos realizados via esses dispositivos;

14.3.22. Atender aos requisitos do ambiente computacional e aos requisitos tecnológicos, conforme especificação a seguir:

a) Executar em ambiente WEB, sem ser por emulação, e ser compatível também com navegadores da WEB gratuito, desenvolvidos em software livre;

b) O software deve ser compatível com aplicativos do MS Office e/ou *LibreOffice*;

c) O software não deve exigir a atualização das estações cliente a cada alteração do produto;

d) A aplicação deve permitir a Integração com outras aplicações externas definidas, de forma on-line: através de *WebService*, e/ou *batch*: através de troca de arquivos;

e) Permitir a seleção de impressora na rede;

f) Nas estações de trabalho o acesso à solução deve ser efetuado, sem prejuízo de funcionalidades, a partir dos navegadores *Microsoft Internet Explorer* versão 7 ou superior ou *Mozilla Firefox* 3.5 ou superior ou *Google Chrome*, sem a necessidade de utilização ou instalação de emuladores ou softwares adicionais nas estações de trabalho, sendo permitida a instalação automática de software multi-plataforma sob demanda tais como *Applets*, Java Web Start, controles *Active X* dentre outros;

g) Permitir a troca de informações com outros sistemas utilizando as tecnologias XML e *webservices*.

14.4. Cancelar, sem ônus para o Contratante, os bilhetes emitidos e não utilizados pelos Órgãos, desde que solicitados em tempo hábil, de acordo com normas específicas da ANAC e das empresas aéreas;

14.5. Ressarcir ao Contratante os bilhetes emitidos, pagos e não utilizados, deduzido dos valores referentes às multas cobradas pelas empresas de aviação;

14.6. Efetuar a entrega dos bilhetes de passagens em local a ser indicado, quando fora do expediente ou, se fizer necessário, colocá-los a disposição dos passageiros nas lojas das companhias aéreas ou nos aeroportos;

14.7. Efetuar a entrega dos bilhetes de passagens solicitados a Contratante, por e-mail e disponibilizá-lo no Sistema *Web* quando se tratar de bilhete eletrônico;

14.8. Prestar assessoramento, quando solicitada, no período de segunda à sexta-feira, das 08hs (oito horas) às 18hs (dezoito horas) e aos sábados das 08hs (oito horas) às 12hs (doze horas), para definição do melhor roteiro, horário, frequência de partida e chegada das aeronaves, como também das tarifas promocionais à época da emissão do bilhete;

14.9. Possuir Posto de Atendimento com telefone 0800. O posto deverá funcionar das 8 horas às 18 horas de segunda-feira a sexta-feira e aos sábados das 08horas às 12 horas e possuir operadores treinados na operação do sistema informatizado a ser disponibilizado pela Contratada;

14.10. Disponibilizar serviço de plantão 24hs (vinte e quatro horas) x 07 (sete) dias da semana, por meio de telefone, ou outra forma de comunicação, possibilitando a efetiva solução para eventuais problemas decorrentes da prestação de serviços, bem como dar suporte a atendimentos emergenciais fora dos horários ou dias estabelecidos;

14.10.1. Possuir serviço de número único nacional (NUN), tipo 4xxx.mcdu ou de discagem direta gratuita (DDG-0800), de forma a permitir que o empregado Contratante entre em contato com a Contratada de qualquer parte do país, no máximo pelo valor de uma ligação local, para atendimento de necessidades de viagem;

14.11. Fornecer à Contratante layout dos dados necessários para a geração do arquivo de empregados da Contratante no sistema informatizado da Contratada. O layout deverá conter os campos, formatos e tamanhos;

14.12. Realizar carga no banco de dados do sistema informatizado com as informações dos empregados da Contratante, para que estas não necessitem ser informadas a cada novo acesso;

14.12.1. Realizar, periodicamente, novas cargas no banco de dados do sistema informatizado, com os dados atualizados do banco de dados de empregados da Contratante;

14.13. Garantir a disponibilidade do sistema informatizado em ambiente de Internet de 24hs x 7 dias por semana, sendo a execução das solicitações processadas no horário comercial do dia subsequente, salvo finais de semana e feriados, quando as solicitações em caso emergencial devem ser solicitadas através da utilização do canal emergencial disponibilizado pela Contratada;

14.13.1. Em caso de indisponibilidade temporária do sistema, as reservas em voos comerciais poderão ser requisitadas por telefone, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação, e as requisições de passagens serão efetivadas por meio de formulário próprio instituído pela Contratada, por meio físico ou eletrônico, as quais deverão, todavia, ser alimentadas no sistema de gestão de viagens num prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da solicitação de emissão do bilhete.

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

14.14. Manter temporariamente, quando solicitado pela Contratante, profissional na Sede da Contratante, a fim de treinar, orientar e esclarecer dúvidas, e, ainda, efetuar o atendimento de primeiro nível, sem ônus adicional para o Contratante;

14.15. Garantir a manutenção de cópias de segurança dos dados referentes aos serviços prestados ao Contratante;

14.16. Sempre que solicitado, apoiar, orientar, realizar e apresentar propostas de programação de viagens internacionais, contendo, se possível, no mínimo 03 (três) alternativas de empresas de transporte de passageiros, destacando a de menor preço;

14.17. Repassar ao Contratante, via desconto, o valor total das comissões recebidas das empresas aéreas (TAXA DU), relativas aos bilhetes emitidos. Do valor de cada bilhete deverá ser subtraído o correspondente valor da comissão, devendo a Contratada comprovar documentalmente o valor das comissões;

14.17.1. **Exemplo**: supondo-se que a agência de viagens receba comissão de 8% da companhia aérea e emita para um empregado da Contratante um bilhete no valor de R$ 1.000,00, fica a agência obrigada a repassar ao Contratante o valor da comissão, no caso R$ 80,00. Neste caso, o valor a ser cobrado da Contratante pela emissão do bilhete será de R$ 920,00, acrescido do valor da taxa de transação.

14.18. Articular e facilitar o estabelecimento de acordos comerciais com as principais companhias aéreas nacionais e internacionais, hotéis e locadoras de veículos, sendo esses acordos negociados com os fornecedores com a participação direta da Contratante;

14.19. Submeter à SAD, para validação, um plano de capacitação para os usuários do sistema, visando alcançar a operacionalização do mesmo;

14.20. Prover, sem ônus para o Contratante, treinamento individual ou para turmas, de acordo com o perfil de usuários, em local definido pela Contratante, de forma que, ao final, os treinandos estejam aptos a utilizar todas as funcionalidades do sistema;

14.20.1. A metodologia de treinamento será dividida em duas atividades: treinamento e operação assistida.

14.20.1.1. Durante o treinamento os usuários terão acesso a todas as informações necessárias para a operação do sistema, compreenderão papel das funções do sistema e a mudança da sua rotina de trabalho para a nova rotina com o uso do sistema;

14.20.1.2. Durante a operação assistida os usuários entenderão na prática o uso do sistema podendo realizar atividades reais do seu dia a dia acompanhado de um técnico de treinamento para a realização de ajustes e solução de dúvidas.

14.21. Disponibilizar ao Contratante as tarifas promocionais ou reduzidas oferecidas pelas companhias aéreas em todos os casos;

14.22. Fornecer ao gestor do Contratante as regras tarifárias vigentes nas companhias aéreas que operam viagens regulares no território nacional, bem como suas alterações;

14.23. Repassar ao Contratante as vantagens e/ou bonificações em decorrência da emissão, em conjunto, de um determinado número de bilhetes de passagens;

14.24. Realizar o pagamento, pontualmente, às companhias aéreas, independentemente da vigência do contrato, exonerando ao Contratante da responsabilidade solidária ou subsidiária por esse pagamento;

14.25. Disponibilizar ao final do contrato toda a base de dados que deverá conter todas as informações registradas durante a vigência do contrato, em meio eletrônico no formato TXT, HTML, XLS, CSV, XML, WebService ou outro similar e sem criptografia. Como também o Layout, o dicionário de dados e toda documentação necessária para entendimento dos arquivos exportados;

14.26. Comunicar ao Contratante, quaisquer anormalidades de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

14.27. Manter durante a vigência do contrato as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Processo licitatório;

14.28. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante;

14.29. Considerar que os preços propostos são completos e abrangem todos os encargos de natureza tributária, social, previdenciária, de administração, lucros, equipamentos, ferramentas, transporte de material, de pessoal e qualquer outra despesa mesmo que não se encontre especificada no Termo de Referência ou Edital;

14.30. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentares pertinentes;

14.31. Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos resultantes da prestação do serviço de que venha a ter conhecimento ou ter acesso, ou que lhe venham a ser confidenciados;

14.32. Estar ciente que todos os documentos e informações (dados, modelos de documentos, documentos, processos, planilhas, apresentações, manuais, etc.) a que a Contratada tenha acesso e que durante a vigência do contrato venha a produzir para a realização dos serviços, são de propriedade do Contratante, não podendo ser utilizados, repassados, copiados ou alterados sem sua expressa autorização, ficando reservados à Contratada apenas seus direitos de autoria;

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

14.33. Identificar todo e qualquer material gerado, independentemente da forma empregada, unicamente com a insígnia do Contratante, não devendo conter qualquer identificação da Contratada exceto para identificação e demonstração de sua responsabilidade técnica pelo conteúdo do material;

14.34. Comprometer-se, por si e por seus empregados e prepostos, para garantir e manter sigilo em relação às informações utilizadas no desenvolvimento dos trabalhos, sejam elas escritas ou orais a que tiveram acesso, salvo mediante autorização escrita da Contratante;

14.35. Não repassar a terceiros as informações privilegiadas que seus empregados, no uso de suas atribuições, tiverem acesso privativo e individualizado para execução do serviço, não podendo repassá-las a terceiros, sob pena de responder criminal e civilmente pelos atos e fatos que venham a ocorrer em decorrência desse ilícito;

14.36. Fornecer licença de uso do sistema, para uso exclusivo e interno do Governo do Estado de Pernambuco em quantidade ilimitada de usuários;

14.37. Fornecer atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões) das companhias aéreas nacionais que regularmente operam nos aeroportos localizados no Estado de Pernambuco;

14.38. **Adquirir as passagens aéreas e demais serviços sempre pela menor tarifa disponível em qualquer empresa aérea,** independentemente do horário do voo, desde que seja possível atender a necessidade de chegada tempestiva ao destino por parte dos usuários. **Caso constatado pelo Contratante o descumprimento dessa exigência e não haja justificativa por parte do usuário ou do autorizador, a Contratada será responsável pelo ressarcimento da diferença entre a tarifa efetivamente aplicada e a menor tarifa disponível;**

14.38.1. A empresa Contratada deverá, inclusive, viabilizar a aquisição de passagens, com preços idênticos aos ofertados por sites especializados da WEB e apresentados pelo Contratante.

14.39. Arcar com todos os custos relativos aos encargos sociais e obrigações trabalhistas e previdenciárias da equipe empregada na execução dos serviços, bem como, impostos, taxas, emolumentos, seguros ou outros valores que incidam, direta ou indiretamente sobre os serviços ora contratados, ficando obrigada a apresentar, em suas faturas, separadamente, o montante dos impostos que correspondam a cada pagamento;

14.40. Responder por danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas ou irregularidades na execução dos serviços;

14.41. Manter, durante toda execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.42. Facilitar o acompanhamento e fiscalização dos serviços pela Contratante Principal e pelas Contratantes Aderentes;

14.43. Não vincular pagamentos de sua responsabilidade, aos compromissos decorrentes do presente contrato;

14.44. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações Fiscal, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, inclusive os decorrentes de acidentes de trabalho;

14.45. Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas, por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços;

14.46. Facilitar a ação da auditoria de quem competir nos termos deste registro de preços, na inspeção dos serviços prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa, bem como sobre os documentos relativos ao processo;

14.47. Dar ao Contratante imediata ciência de fatos irregulares que venham a ocorrer durante a execução do Contrato;

14.48. Prover os dados necessários para os devidos acompanhamentos dos Processos que se façam necessários durante a execução do objeto deste registro de preços;

14.49. Responsabilizar-se pelo comportamento de seus empregados nas dependências do Contratante;

14.50. Responder pelas indenizações, danos e prejuízos causados a bens, instalações e empregados da Contratante, bem como a terceiros, por culpa de pessoal por ela designado para o cumprimento do objeto desta especificação;

14.51. Disponibilizar relatórios gerenciais e outras informações relativas ao serviço prestado pela Contratada, que venham a ser solicitadas pelo Contratante;

14.52. Enviar, preferencialmente, para o empregado do Contratante solicitante da viagem, via correio eletrônico (e-mail) ou *e-ticket* (para emissão pelo próprio empregado), os bilhetes aéreos, ou ainda, disponibilizar forma de emissão do bilhete no sistema informatizado da Contratada;

14.53. Reembolsar o Contratante, mediante solicitação por escrito, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, e em estrita conformidade com os regulamentos das empresas transportadoras aéreas, os valores referentes aos trechos pagos e não utilizados de passagens aéreas;

14.54. Intermediar junto aos fornecedores (companhias aéreas) os acordos comerciais de interesse da Contratante, repassando todos os descontos estabelecidos ou obtidos, fornecendo, quando solicitado, o tarifário das companhias aéreas para o Contratante;

14.55. Refazer, exclusivamente às suas custas e dentro do prazo fixado pelo Contratante, os serviços executados com vícios ou defeitos;

14.56. Arcar com todo o material de consumo e despesas com telefonia necessárias ao atendimento das necessidades do Contratante, bem como qualquer outro custo operacional que se fizer necessária à perfeita execução dos serviços contratados;

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-1966-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

14.57. Indicar um representante (preposto/supervisor), apto para dirimir quaisquer dúvidas e prestar todas as informações e/ou esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto do Contrato.

15. DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1. A fatura deverá conter o desconto integral da comissão paga pelas empresas aéreas à Contratada (Taxa D.U.) sobre os bilhetes de passagens aéreas nacionais e/ou internacionais, devendo comprovar documentalmente o valor das comissões;

15.2. É obrigatória a apresentação pela agência contratada, mês a mês, das faturas emitidas pelas companhias aéreas referentes às passagens aéreas compradas pelo Contratante, apresentação esta que deverá condicionar o pagamento da próxima fatura da agência.

15.3. As Notas Fiscais/Faturas correspondentes às passagens aéreas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias, contendo os seguintes dados e documentos anexos:

a) Número da requisição do bilhete;
b) Identificação do bilhete (número, companhia aérea e o trecho);
c) Identificação do órgão/entidade solicitante;
d) Identificação do passageiro;
e) Custo do bilhete;
f) Valor da Taxa de Transação a ser paga, na forma de desconto na fatura, pela Agencia Contratada;
g) Valor do desconto referente à comissão paga pela empresa aérea;
h) Valor da taxa de embarque;
i) Valor da Sala VIP e de Seguros, quando couber;
j) Valor bruto da fatura;
k) Valor líquido da fatura;
l) Faturas emitidas pelas companhias aéreas.

15.4. O pagamento pela prestação do(s) serviço(s) deverá ser efetuado mensalmente à Contratada, através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias, do mês subsequente à prestação de serviços, com apresentação da Nota Fiscal / Fatura devidamente atestada pelo Gestor do Contrato;

15.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do Contratante, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelos órgãos entre o prazo referido no Termo de Referência e o correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

Sigla	Significado / Descrição
EM	Encargos Moratórios.

N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a ser paga.
TX	Percentual da taxa anual = 6%
I	Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:
	I = (TX/100) I = (6/100) I = 0,0001644 365 365

15.6. Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos de frete, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato;

15.7. O Contratante reserva-se no direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato da atestação, o fornecimento de passagens aéreas não estiver de acordo com as solicitações efetuadas;

15.8. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da Contratada, o prazo de pagamento será reiniciado a contar da data da respectiva reapresentação;

15.9. Para efeitos de pagamento, o valor a ser pago por cada bilhete emitido será calculado da seguinte forma:

VF = VP + VTE - VTT - VTS, onde:
VF = Valor da Fatura (valor a ser pago);
VP = Valor da Passagem Aérea;
VTE = Valor da Taxa de Embarque;
VTT = Valor da Taxa de Transação;
VTS = Valor da Taxa de Serviço (ou qualquer importância correspondente ou assemelhada à comissão paga pela companhia aérea à Contratada).

15.10. Os pedidos de cancelamento, total ou parcial, de bilhetes não utilizados por mudança de planos decorrentes de necessidade do serviço, desde que esteja no prazo de cancelamento concedido pelas Companhias Aéreas – os quais deverão ser devidamente comprovados pela Contratada – implicarão em cancelamento automático sem ônus para o Contratante e não serão incluídas no faturamento;

15.11. Os valores dos bilhetes ou trechos não utilizados serão restituídos na fatura seguinte à solicitação do reembolso. A Contratada deduzirá do reembolso o valor decorrente dos encargos inerentes ao cancelamento do bilhete, tais como: multa aplicada pela companhia aérea pelo cancelamento do bilhete, imposto, em caso de já ter sido faturado o bilhete ou trecho cancelado.

15.12. O pagamento só será efetuado na forma prevista neste documento, se a licitante vencedora estiver inscrita no CADASTRO DE FORNECEDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO (CADFOR);

15.13. Considerando a incidência de percentual negativo de taxa de transação, não será permitido nenhum tipo de reajuste a ser aplicado na Ata de Registro de Preços e nos contratos dela decorrentes.

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-1966-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

16. DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO – ANS

16.1. A contratada deverá prestar os serviços conforme o Acordo de Nível de Serviço (ANS), que deverá ser atendido em conformidade com a tabela de requisitos a seguir. O seu descumprimento configurar-se-á em ocorrências passíveis de penalidades.

Serviço	Período de Cobertura	Acordo de Nível de Serviço
01. Entrega / disponibilização dos bilhetes, contado da solicitação registrada no sistema.	De segunda a sexta-feira, das 08 horas às 18 horas. Aos sábados das 08 horas às 12 horas.	Atendimento até 24 (vinte e quatro) após o registro da solicitação.
02. Atendimento fora do horário estipulado, nos finais de semana e feriados, através de central telefônica, nos aeroportos ou outro meio a ser definido.	Durante o período diferente do estipulado para o atendimento normal.	Atendimento no mesmo dia do registro da solicitação.
03. Solicitação de cancelamento de reserva, de bilhete, troca de trecho ou substituição de passageiro.	De segunda a sexta-feira, das 08 às 18 horas. Aos sábados das 08 horas às 12 horas.	Atendimento até 12 (doze) horas após o registro da solicitação.
04. Solicitação de retificação/ correção de fatura mensal apresentadas com erros ou cobrança indevida.	De segunda a sexta-feira, das 08 horas às 18 horas.	Atendimento / resolução do problema em até 07 (sete) dias úteis após a solicitação da contratante.
05. Disponibilidade do sistema informatizado via internet.	24 x 07 (04 horas por dia pelos 07 dias da semana).	O sistema poderá ficar indisponível por um período até 04 (quatro) horas ininterruptas ou 12 (doze) horas alternadas durante o período de 30 (trinta) dias.
06. Aquisição da passagem aérea pelo menor valor disponível.	De segunda-feira a sexta-feira, das 08 horas às 18 horas. Aos sábados das 08 horas às 12 horas.	Registro do menor valor disponível, do valor adquirido e da justificativa no sistema informatizado, caso a passagem adquirida não seja a mais barata disponível.
07. Registro das solicitações realizadas via e-mail ou telefone no sistema informatizado.	De segunda a sexta-feira, das 08 horas às 18 horas. Aos sábados das 08 às 12 horas.	Até 02 (dois) dias úteis a contar da solicitação.
08. Disponibilização de informações e documentos emanados pelo Órgão Gerenciador.	De segunda a sexta-feira, das 08 horas às 18 horas.	Até 05 (cinco) dias úteis a contar da solicitação.

17. DAS PENALIDADES

17.1. Com fundamento no artigo 7° da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco e será descredenciada no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

17.1.1. Apresentar documentação falsa;
17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
17.1.3. Falhar na execução do contrato;
17.1.4. Não assinar o contrato e/ou ata de registro de preços no prazo estabelecido;
17.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;
17.1.6. Não mantiver a proposta;
17.1.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
17.1.8. Cometer fraude fiscal;
17.1.9. Fizer declaração falsa.

17.2. Para condutas descritas nos subitens 17.1.1, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7, 17.1.8 e 17.1.9, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

17.3. O retardamento da execução previsto no subitem 17.1.2, estará configurado quando a Contratada:

17.3.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 7 (sete) dias, contados da data constante na ordem de serviço;

17.3.2. Deixar de realizar, sem causa justificada e aceita pela administração, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados dentro do prazo de execução do contrato e quando verificado prejuízo para a Administração;

17.4. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o subitem 17.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 17.5.

17.5. A Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório, no contrato e quando do não cumprimento de suas obrigações, será aplicada observando-se o valor mínimo de R$2.000,00 (dois mil reais), conforme a graduação estabelecida na tabela seguinte:

Item do ANS	Incidência	Multa
Não cumprimento do Item 01.	De 02 e até 05 ocorrências mensais.	Valor da taxa de transação por ocorrência.
	Acima de 05 ocorrências mensais.	10% do valor da respectiva

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Pernambuco

		passagem
Não cumprimento do Item 02.	De 02 até 05 ocorrências mensais.	Valor da taxa de transação por ocorrência.
	Acima de 05 ocorrências mensais.	10% do valor da respectiva passagem
Não cumprimento do item 03.	De 01 até 04 ocorrências mensais.	5% do valor da passagem.
	Acima de 04 ocorrências mensais.	10% do valor da passagem.
Não cumprimento do item 04.	Acima de 07 dias úteis até 15 dias corridos.	5% do valor da fatura.
	Acima de 15 dias corridos.	10% do valor da fatura.
Não cumprimento do item 05.	Acima de 12 horas ininterruptas ou acima de 30 horas alternadas durante o período de 30 dias.	0,03% do valor do Item/Lote no mês da(s) ocorrência(s).
Não cumprimento do item 06.	01 (uma) ocorrência.	Valor da Taxa de transação e devolução do valor pago a maior.
Não cumprimento do item 07.	De 02 até 05 ocorrências mensais.	5% do valor das referidas passagens.
	Acima de 05 até 10 ocorrências mensais.	10% do valor das referidas passagens.
	Acima de 10 ocorrências mensais.	15% do valor das referidas passagens.
Não cumprimento do item 08.	Acima de 05 dias úteis.	0,01% do valor do lote por dia de atraso até o limite de 0,1%.
Não cumprimento das demais cláusulas constantes nas obrigações da Contratada.	Uma ocorrência.	0,02% do valor lote por ocorrência

17.6. A sanção de multa poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 17.1 desta cláusula.

17.7. As infrações serão consideradas REINCIDENTES se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

17.8. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, devendo ser observado o disposto no Decreto Estadual nº 42.191/2015;

17.9. A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual eventualmente exigida, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro;

17.10. Caso o valor a ser pago ao contratado seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual eventualmente exigida;

17.11. Caso a faculdade prevista no item 17.9 não tenha sido exercida e verificada a insuficiência da garantia eventualmente exigida para satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos ao contratado;

17.12. Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos itens 17.10 e 17.11 acima, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;

17.13. Decorrido o prazo previsto no item 17.12, o contratante encaminhará a multa para cobrança judicial;

17.14. Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;

17.15. A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

18. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Este Registro de Preços poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também, nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da Contratada, bem como da transferência do presente Contrato, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência na prestação dos serviços, conforme preceitua a Seção V do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como nos termos do artigo 20 do Decreto Estadual nº 42.530/2015, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.1.1. Não se aplicará o cancelamento por motivo de recuperação judicial, de que trata o item anterior, caso a empresa detentora da ata já tenha tido o plano de recuperação homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-1966-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações assumidas.

19. DA SUCESSÃO

19.1. Esta contratação obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital de Pregão para Registros de Preços nº 0172.2018.SAD e nos termos da Legislação pertinente;

20.2. O Fornecedor fica obrigada a manter, durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

21. DA PUBLICAÇÃO

21.1. Esta Ata de Registro de Preço terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, como condição de sua eficácia, na forma preconizada no parágrafo único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Recife, 31 de JANEIRO de 2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CGC/MF nº 10.572.022/0001-80
CONTRATANTE

2G TURISMO & EVENTOS LTDA
CNPJ/MF nº 11.126.361/0001-03
CONTRATADA

BRASLUSO TURISMO LTDA
CNPJ/MF nº 09.480.880/0001-15
CONTRATADA

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 99f89169-196b-45e7-8c58-bb2ff7e96fe6

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 03

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

Pernambuco

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA Nº 011.2018.SAD

O **ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, com sede na Avenida Engenheiro Antônio de Góes, nº 194, Bairro de Brasília Teimosa, CEP nº 51.010-000, Recife, Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 10.572.022/0001-80, neste ato representada pelo Gerente Geral de Compras e Contratos do Estado o Senhor WAGNER BENIGNO GONÇALVES RIBEIRO LYRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade do Recife/PE, CPF nº 040.389.784-00, devidamente autorizado pelo Exmo. Senhor Governador do Estado de Pernambuco, nomeado pelo Ato nº 2.648, de 06/02/2015, publicado no DOE em 07/02/2015, nos termos do que dispõem as Leis 8.666/93 e 10.520/02 e face ao resultado obtido no Processo de Licitação referenciado, resolve registrar os preços ofertados pelas empresas: **EMPÓRIO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº 07.290.015/0001-80, com sede na Rua Francisco Mendes, nº 380, Sala: 01, Piedade, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, CEP nº 54.410-150, neste ato representada pela Sra. **VYVYAN VASCONCELOS PEREIRA DE LIMA LIRA**, brasileira, casada, Jornalista, CNH nº 018043538-48, CPF nº 040.341.354-09; **LOCAFRIOS EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF nº 02.937.087/0001-53, com sede na Rua Luiz Eloy de Pontes, nº 667, Prazeres, Joaboatão dos Guararapes, Pernambuco, CEP nº 54.160-594, aqui representada por **MARTA VASCONCELOS PEREIRA DE LIMA**, brasileira, casada, empresária, RG nº 1.599.943 SDS/PE, CPF nº 265.843.604-15; e **MACHADO ARMARINHOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº 24.174.062/0001-88, com sede na Rodovia AL-115, nº 2.502, Graciliano Ramos, Palmeira dos Índios, Alagoas, CEP nº 57.604-595, aqui representada por **IVSON MACHADO DE ARRUDA**, brasileiro, casado, comerciante, RG nº 384.120 SSP/AL, CPF nº 640.493.884-72. Declarando desde já que os ratifica e se compromete a mantê-los durante a vigência da Ata, consoante às seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. Esta Ata de Registro de Preços Corporativa tem como objeto a aquisição de café superior torrado e moído e garrafa térmica para os órgãos que compõem o Poder Executivo Estadual;

1.2. Ressalte-se que a motivação para a formalização de uma Ata de Registro de Preços Corporativa com o objeto em epígrafe encontra fundamento no artigo 24 do Decreto Estadual nº 42.530/2015, uma vez que, com a publicação desse diploma normativo mencionado, documentos licitatórios dessa natureza passaram a integrar o rol de produtos entregues pela Secretaria de Administração.

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

2. DOS PREÇOS

2.1. O Fornecedor se compromete a fornecer o(s) item(ns) de acordo com os seguintes preços:

LOTE 01 – A EMPÓRIO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI - EPP - CNPJ/MF nº 07.290.015/0001-80						
Item	e-Fisco	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 04

Pernambuco

01	481478-9	CAFÉ - superior torrado moído,em pó homogêneo,constituído de grãos arábica, podendo conter ate 15% de grãos conillon,isentos de grãos pretos-verdes ou fermentados,escala sensorial entre 6,0 a 7,2 pontos,com no máximo 1% de impurezas, 0% de outros produtos e ate 5% de umidade,com validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega,embalagem alto vácuo,devendo obedecer todas as normas vigentes.	Pacote com 250 g	69.534	R$ 4,37	R$ 303.863,58

LOTE 01 – B LOCAFRIOS EIRELI - CNPJ/MF nº 02.937.087/0001-53						
Item	e-Fisco	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
02	481478-9	CAFÉ - superior torrado moído,em pó homogêneo,constituído de grãos arábica, podendo conter ate 15% de grãos conillon,isentos de grãos pretos-verdes ou fermentados,escala sensorial entre 6,0 a 7,2 pontos,com no máximo 1% de impurezas, 0% de outros produtos e ate 5% de umidade,com validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega,embalagem alto vácuo,devendo obedecer todas as normas vigentes.	Pacote com 250 g	23.178	R$ 4,99	R$ 115.658,22

LOTE 02 MACHADO ARMARINHOS LTDA – CNPJ/MF nº 24.174.062/0001-88						
Item	e-Fisco	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03	193929-7	GARRAFA TÉRMICA, revestida em plástico rígido, ampola de vidro temperado, com tampa de rosca e alça, com capacidade de 1 litro.	Unidade	482	R$ 17,46	R$ 8.415,72

* Lote com exclusividade de participação para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), em atendimento a Lei Complementar nº 147/2014.

VALOR GLOBAL	R$ 427.937,52

2.2. O preço a ser praticado está devidamente registrado neste instrumento e é considerado completo, ou seja, abrange todos os encargos de natureza tributária, previdenciária, transporte ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente possam incidir sobre o produto;

2.3. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrito nesta Ata de Registro de Preço ofertado no Pregão Eletrônico nº 0053.2018.SAD, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro;

2.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

2.5. Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 05

Pernambuco

2.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o Fornecedor não puder comprovadamente cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador pode:

2.6.1. Liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

2.6.2. Convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou dos itens correspondentes do referido fornecedor, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Diante da nova sistemática adotada pelo Decreto Estadual nº 42.530/2015, não serão possíveis reequilíbrios e reajustes na Ata de Registro de Preços;

2.9. Os preços registrados nos contratos derivados da Ata, todavia, poderão ser revistos e/ou reajustados mediante requerimento formal do Fornecedor ou mediante solicitação formal do Órgão Gerenciador e/ou do eventual Contratante;

2.10. A Revisão dos preços registrados nos contratos derivados da Ata ocorrerá no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, cabendo, no máximo, repasse do percentual determinado;

2.10.1. Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, no contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, de acordo com o artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/1993.

2.11. O Reajuste dos preços registrados nos Contratos derivados da Ata, somente ocorrerá quando do transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data da apresentação da proposta e deverá observar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme prevê o inciso III do artigo 1º da Lei Estadual nº 12.525/2003.

3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

3.1. São participantes deste registro de preços todos os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, nos termos do artigo 1º do Decreto Estadual nº 42.530/2015;

3.2. A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá(ão) manter as mesmas condições de qualidade do produto a ser fornecido, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste registro de preços, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

4. DAS ADESÕES POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 06

Pernambuco

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILAÇA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

4.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, pode ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador e em observância aos limites previstos no Decreto Estadual nº 42.530/2015;

4.2. Os Órgãos e Entidades Não Participantes, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, devem consultar o Órgão Gerenciador, que se manifestará sobre a possibilidade de adesão, considerando se conveniente e oportuno, para indicar os possíveis Fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

4.3. Cabe ao Fornecedor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, inclusive quanto às negociações promovidas pelo Órgão Gerenciador, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão a um Órgão Não Participante, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;

4.4. Os Órgãos e Entidades Não Participantes devem, antes de solicitar adesão à Ata de Registro de Preços, realizar pesquisa prévia de mercado a fim de comprovar a vantajosidade dos preços registrados;

4.5. As aquisições ou contratações adicionais referidas neste item não podem exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes;

4.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independente do número de Órgãos Não Participantes que a aderirem.

5. DA(S) CONVOCAÇÃO(ÕES) PARA A(S) ASSINATURA(S) DO(S) CONTRATO(S)

5.1. A Detentora da Ata terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação, para assinar o Contrato ou entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, nos termos das contratações levadas a efeito;

5.2. A recusa injustificada da empresa Detentora da Ata em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item anterior, acarretará a aplicação das penalidades estabelecidas pela Administração, além do cancelamento do registro do fornecedor, conforme o disposto no artigo 20, inciso II, do Decreto nº 42.530/2015, em consonância com o disposto no edital que deu origem a essa Ata;

5.3. A contratação será precedida da inscrição do licitante no CADFOR e da emissão de Nota de Empenho, sendo convocado o adjudicatário para assinatura do termo de contrato;

5.4. No ato da contratação, se for o caso, a empresa Detentora da Ata deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 07

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

Pernambuco

6. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

6.1. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, período no qual a Detentora da Ata se obriga a garantir o objeto e os preços registrados durante esse período;

6.2. Será obrigatório o Termo de Contrato nos casos previstos na Lei 8.666/1993, quando o fornecedor será convocado para assinar o respectivo instrumento, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, e subsequentes alterações; no entanto, tratando-se de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, poderá ser aplicado, a critério da Administração, o que determina o §4º do artigo 62 da Lei de Licitação;

6.2.1. Em sendo formalizado o contrato, tendo em vista o disposto no item anterior, ele terá vigência de 60 (sessenta) dias a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento;

6.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazos previstos neste registro de preços, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;

6.4. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da convocação para a assinatura do contratual ou se recuse a assiná-lo nas condições estabelecidas na proposta aceita, poderão ser convocados para assinar a Ata de Registro de Preços os participantes remanescentes, observada a ordem de classificação, em igual prazo e nas mesmas condições, obsevados os artigos 11 e 12 do Decreto Estadual nº 42.530/2015, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste documento, e no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

7. DA VALIDADE DOS PRODUTOS

7.1. O objeto fornecido deverá atender os requisitos de validade exigidos pelos órgãos de fiscalização oficiais;

7.1.1. Independentemente do prazo de validade atribuído pela empresa produtora, no momento da entrega do objeto licitado, o produto fornecido deverá estar, no mínimo, a 06 (seis) meses do seu prazo de validade final.

7.2. Estando os objetos com a validade e/ou qualidade comprometida, a Detentora da Ata deverá fornecer novos gêneros no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis sem quaisquer custos adicionais;

7.3. Quando no ato da entrega ocorrer do produto apresentar datas de validade e lotes diferentes, estes deverão vir acondicionados separadamente;

7.4. A embalagem de cada produto deverá estar em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo, com todos os dados em português e, se necessário, instruções de uso.

8. DA ESTRATÉGIA DE SUPRIMENTOS

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 08

Pernambuco

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILAÇA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

8.1. A Contratada deverá providenciar o fornecimento dos itens solicitados no período máximo de 05 (cinco) dias úteis computados a partir da solicitação/autorização formal de fornecimento;

8.2. Nas situações em que não for definida a cor na descrição do item a ser solicitado, caberá ao Contratante informá-la quando da solicitação/autorização de fornecimento formal;

8.3 A Empresa Contratada deverá providenciar a entrega dos itens solicitados no endereço Av. Lions Club, nº 305, Aluísio Pinto, Garanhuns e em horário estabelecido na solicitação/autorização de fornecimento formal, sem qualquer ônus para o Contratante;

8.4 O objeto proposto neste documento deverá ser entregue adequadamente de modo a manter sua integridade física, e será recebido da seguinte forma:

8.4.1 **Provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais recebidos com as especificações requisitadas;

8.4.2 **Definitivamente**, pelo servidor designado pelo órgão aderente, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais recebidos, e consequente aceitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório;

8.5 Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas nos artigos 73 e 74 da Lei Federal nº 8.666/93;

8.6 Serão observados os seguintes critérios na verificação do produto:

8.6.1 Compatibilidade dos itens com as exigências do edital;

8.6.2 Estar com prazo de validade, na data da entrega, dentro do especificado no item 7.1.1.;

8.6.3 Consonância com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certidão do Inmetro, nº do telefone para atendimento ao consumidor, uso, composição, alertas, atendimento as normas da ABNT etc.);

8.7 Fica assegurado ao Contratante o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações exigidas neste documento, ficando a Contratada obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da sua notificação formal, sem ônus para o Contratante;

8.8 Será considerada recusa formal a não substituição do material, após 02 (dois) dias úteis da sua rejeição ou devolução;

8.9 Serão recusados os materiais que não satisfizerem às especificações ou apresentem qualquer vício, devendo os valores correspondentes serem glosados;

8.10 O fornecedor se compromete a reparar os danos e sanar todos os vícios do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como aos parâmetros descritos por este registro de preços;

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 09

Pernambuco

8.11 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada;

8.12 Somente será aceito o fornecimento feito de acordo com o contido nas especificações do Edital e Termo de Referência;

8.13 A Contratada deverá entregar a Nota Fiscal, regularmente, correspondente ao quantitativo do material entregue;

9 DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

9.1 Durante a vigência da Ata, sua execução será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante e, também, pela Secretaria de Administração, devendo a Detentora da Ata fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação;

9.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores, no prazo do item anterior, visando à adoção das medidas necessárias;

9.3 Competirá a servidores distintos designados pelo órgão aderente acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas;

9.4 Para os cargos de Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato ficam estabelecidos, respectivamente, a Gerente Administrativa do Expresso Cidadão Flávia Lebre e o Coordenador André Machado;

9.5 A Detentora da Ata deverá manter preposto, aceito pela Secretaria de Administração, estabelecido e registrado na assinatura da Ata, durante o período de sua vigência, para representá-la sempre que for necessário.

9.6 Cabe ao **fiscal do contrato**:

9.6.1 Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;

9.6.2 Conhecer plenamente os termos contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto da contratante quanto da contratada.

9.6.3 Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (artigo 68 da Lei 8666/93) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.

9.6.4 Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.

9.6.5 Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos, tais como planilhas, cronogramas etc.

SETUREL
PREFEITURA DO RECIFE
FL. Nº 10

Pernambuco

9.6.6 Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;

9.6.7 Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação e respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;

9.6.8 Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela contratada;

9.6.9 Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

9.7 Cabe ao **gestor do contrato**:

9.7.1 Consolidar as avaliações recebidas e encaminhar as consolidações e os relatórios à Contratada;

9.7.2 Apurar o percentual de desconto da fatura correspondente;

9.7.3 Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à contratada;

9.7.4 Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;

9.7.5 Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

9.7.6 Analisar relatórios e documentos enviados pelo fiscal do contrato;

9.7.7 Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal do contrato;

9.7.8 Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

9.7.9 Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;

9.7.10 Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais.

10 DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.2 A Secretaria de Administração, órgão gestor da Ata de Registro de Preços, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições desta contratação e, deverá, ainda:

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILAÇA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 11

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

Pernambuco

10.2.1 Assinar a Ata de Registro de Preços;

10.2.2 Providenciar a publicação inicial e trimestral do extrato da Ata de Registro de Preços;

10.2.3 Autorizar os órgãos e entidades participantes do registro de preços a firmar os contratos de adesão nos quantitativos determinados;

10.2.4 Manter o controle dos quantitativos disponíveis para os participantes do registro de preços;

10.2.5 Verificar, periodicamente, a vantajosidade dos itens objeto da Ata de Registro de Preços;

10.2.6 Aplicar, a qualquer momento, as penalidades previstas na Ata de Registro de Preços.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 A Contratante deverá tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência, obrigando-se, ainda, a:

11.1.1 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados, após o cumprimento das formalidades legais;

11.1.2 Comunicar à detentora da Ata as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

11.1.3 Atestar a qualidade e quantidade do material fornecido pela empresa Detentora da Ata, verificando a conformidade dos itens entregues com as especificações e marcas registradas em Ata e com as quantidades solicitadas na autorização de fornecimento;

11.1.4 Competirá a servidores distintos designados pela contratante acompanhar, fiscalizar e verificar a conformidade das entregas;

11.1.5 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Detentora da Ata.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA / DETENTORA DA ATA

12.1 Além das obrigações previstas em lei e nas normas aplicáveis, devem também ser respeitadas:

12.1.1 Responsabilizar-se integralmente pelo objeto licitado, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos que integram a Ata;

12.1.2 Não transferir, no todo ou em parte, o objeto da Ata;

12.1.3 Quando for o caso e no que for aplicável, cumprir e fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas estabelecidas no Edital e seus anexos;

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 12

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILAÇA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

Pernambuco

12.1.4 Indicar a marca do produto a ser fornecida e cumprir as obrigações de fornecimento da mesma marca, ou de marca superior, a critério e análise da Administração, por todo o período da vigência da Ata;

12.1.5 Adotar imediatamente após o recebimento da autorização para início do avençado, as medidas requeridas, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido;

12.1.6 Toda entrega deverá ter prévia programação de data e hora com a Contratante. Se a Contratada for efetivar a entrega através de transportadora, deverá intermediar a exigência entre a empresa terceirizada e a Contratante;

12.1.7 Entregar, sempre que houver, os produtos elencados neste documento de acordo com as normas técnicas pertinentes e atualmente em vigor no país (por exemplo: certificação do Inmetro, nome do químico responsável, nº de telefone para atendimento ao consumidor, informações sobre aplicação, uso, composição, alertas, atendimento a normas da ABNT etc.);

12.1.8 Entregar o objeto adjudicado em perfeitas condições de uso e consumo, atendendo plena e satisfatoriamente ao especificado neste Termo de Referência e nos termos das contratações levadas a efeito, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da autorização de fornecimento;

12.1.9 Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do órgão Contratante, relativamente ao objeto da Ata;

12.1.10 Assumir inteira responsabilidade do objeto fornecido, devendo o produto entregue receber prévia aprovação do órgão aderente, que se reserva no direito de recusá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados;

12.1.11 O recebimento do objeto estará rigorosamente condicionado à verificação do atendimento às especificações contidas no Termo de Referência e no Edital da licitação e, à Contratada que deixar de entregar os bens ou entregá-los fora das especificações, deverão ser aplicadas as sanções estabelecidas no Termo de Referência e no Edital, além de arcar com todo o ônus proveniente do envio e devolução do objeto;

12.1.12 Repor, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, quaisquer objetos comprovadamente danificados por seus empregados ou prepostos;

12.1.13 Substituir, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, o fornecimento que não atender ao especificado, procedendo à substituição de toda ou parte da remessa que tenha sofrido qualquer alteração, detectada em até 10 (dez) dias da entrega, por proximidade a produtos químicos, insetos ou qualquer outro elemento estranho que venha a prejudicar o conteúdo da embalagem;

12.1.14 Emitir relatórios gerenciais à Secretaria de Administração, responsável pela gestão da Ata de Registro de Preço, sempre que requisitada e no prazo estabelecido na solicitação, no qual

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 13

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

Pernambuco

deverão constar: os órgãos solicitantes, os itens adquiridos e os respectivos quantitativos, além de outras informações necessárias a critério da SAD;

12.1.15 O relatório gerencial deverá está acompanhado de nota fiscal/fatura de forma impressa e com arquivo em meio magnético com formato ".XLS" contendo os lançamentos relativos ao período pertinente;

12.1.16 Manter, durante o prazo de vigência da Ata e dos Contratos dela resultantes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativas à licitação da qual decorreu o Registro de Preço, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993, inclusive as condições de cadastramento no CADASTRO DE FORNECEDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à Contratada;

12.1.17 Informar funcionário, com representante com poderes legais para assinar Atas de Registro de Preço, respondendo por toda e qualquer questão relativa ao fornecimento aos órgãos participantes, disponibilizando, para tanto, telefone fixo, telefone celular e e-mail para futuros contatos, sempre atualizados;

12.1.18 Apresentar Nota fiscal/fatura correspondente aos fornecimentos realizados;

12.1.19 Cumprir as demais exigências operacionais e demais disposições do Termo de Referência.

13 DO PRAZO E DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1 O pagamento dos materiais adquiridos será feito ao fornecedor, diretamente pelo órgão aderente, à vista do seu efetivo fornecimento e mediante a apresentação de nota fiscal e fatura discriminativa, devidamente atestada pelo setor competente do promotor da compra, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data de entrega do material.

13.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva do Contratante, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida pelos órgãos entre o prazo referido no Termo de Referência e o correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

Sigla	Significado / Descrição
EM	Encargos Moratórios.
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a ser paga.
TX	Percentual da taxa anual = 6%
I	Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 14

Pernambuco

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

13.3 Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos de frete, inclusive quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato;

13.4 O pagamento só será efetuado na forma prevista neste documento, se a licitante vencedora estiver inscrita no CADASTRO DE FORNECEDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO (CADFOR);

13.5 O preço unitário e total para esta licitação compreende a única remuneração devida;

13.6 O preço contratado será reajustado em periodicidade anual contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir, utilizando-se, para tanto, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecido pelo IBGE, de acordo com normas jurídicas vigentes e em conformidade com as Leis Estaduais nº 12.525, de 30 de dezembro de 2003 e nº 12.932, de 05 de dezembro de 2005.

14 DAS PENALIDADES

14.1 Com fundamento no artigo 7° da Lei nº 10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco e será descredenciada no CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

14.1.1 Apresentar documentação falsa;
14.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
14.1.3 Falhar na execução do contrato;
14.1.4 Não assinar o contrato e/ou ata de registro de preços no prazo estabelecido;
14.1.5 Comportar-se de modo inidôneo;
14.1.6 Não mantiver a proposta;
14.1.7 Deixar de entregar documentação exigida no certame;
14.1.8 Cometer fraude fiscal;
14.1.9 Fizer declaração falsa.

14.2 Para condutas descritas nos subitens 14.1.1, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7; 14.1.8 e 14.1.9, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

14.2.1 A licitante que não mantiver a proposta, recusando-se a ajustar o preço referente às cotas principal/reservada, nos termos da legislação vigente, será penalizada com multa, no percentual de 1,0% a 5,0% (um a cinco por cento) do valor ofertado pela empresa para a cota respectiva, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, em caso de reincidência;

14.2.2 A licitante que não mantiver a proposta, reincidindo na recusa em ajustar os preços ofertados para a cota reservada e a cota principal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco e será descredenciada no CADFOR, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 15

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

Pernambuco

14.3 O retardamento da execução previsto no subitem 14.1.2, estará configurado quando a Contratada:

14.3.1 Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 07 (sete) dias, contados da data constante na ordem de fornecimento;

14.3.2 Deixar de realizar, sem causa justificada, as obrigações definidos no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

14.4 Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o subitem 14.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 14.7.

14.5 A falha na execução do contrato prevista no subitem 14.1.3 estará configurada quando a Contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na TABELA 03 do item 14.7 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a TABELA 01 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

TABELA 01

Grau da Infração	Pontos da Infração
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

14.6 O comportamento previsto no subitem 14.1.5 estará configurado quando a Contratada executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

14.7 Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA 02

Grau	Correspondência
1	0,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
2	0,4% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
3	0,8% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
4	1,6% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
5	3,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação
6	4,0% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação

TABELA 03

Item	Descrição	Grau	Incidência

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 16

Pernambuco

1	Executar fornecimento incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de fornecimento ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências do Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
5	Recusar a execução de fornecimento determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
7	Retirar das dependências da Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela Fiscalização.	1	Por ocorrência
10	Cumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.	2	Por ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
13	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia

14.8 A sanção de multa poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 14.1 desta cláusula.

14.9 As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a Contratada cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

14.10 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, devendo ser observado o disposto no Decreto Estadual nº 42.191/2015;

14.11 A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado, inclusive antes da execução da garantia contratual eventualmente exigida, quando esta não for prestada sob a forma de caução em dinheiro;

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILAÇA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 17

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

Pernambuco

14.12 Caso o valor a ser pago ao contratado seja insuficiente para satisfação da multa, a diferença será descontada da garantia contratual eventualmente exigida;

14.13 Caso a faculdade prevista no item 14.11 não tenha sido exercida e verificada a insuficiência da garantia eventualmente exigida para satisfação integral da multa, o saldo remanescente será descontado de pagamentos devidos ao contratado;

14.14 Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados nos itens 14.12 e 14.13 acima, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;

14.15 Decorrido o prazo previsto no item 14.14, o contratante encaminhará a multa para cobrança judicial;

14.16 Caso o valor da garantia eventualmente exigida seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada pelo contratado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da solicitação da contratante;

14.17 A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A embalagem a vácuo se justifica pela maior durabilidade e qualidade do produto, em relação ao café embalado conhecido como "almofada";

15.2 No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, logística (carregamento e descarregamento do material), comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem;

15.3 Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital e nos termos de Legislação pertinente;

15.4 O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação;

16. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Este Registro de Preços poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância de qualquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e também, nos casos de Falência, Recuperação Judicial, Recuperação Extrajudicial ou Dissolução da Contratada, bem como da transferência do presente Contrato, no todo ou em parte, imperícia, negligência ou imprudência durante a execução do fornecimento, conforme preceitua a Seção V do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como nos termos do artigo 20 do Decreto Estadual nº 42.530/2015, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

SETUREL
PREFEITURA DO
RECIFE
FL. Nº 18

Pernambuco

16.2 Não se aplicará o cancelamento por motivo de recuperação judicial, de que trata o item anterior, caso a empresa detentora da ata já tenha tido o plano de recuperação homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações assumidas.

17. DA SUCESSÃO

17.1 16.1 Este Registro de Preço obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

18. DA PUBLICAÇÃO

18.1 Esta Ata de Registro de Preço terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, como condição de sua eficácia, na forma preconizada no parágrafo único do Art. 61, da Lei nº 8.666/93.

19. DO FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Recife para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Recife, _____ de _____ de 2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CGC/MF nº 10.572.022/0001-80
CONTRATANTE

FERNANDO
SELO DE AUTENTICIDADE
AUTENTICAÇÃO, RECONHECIMENTO DE FIRMA E DISTRIBUIÇÃO
BM146129

EMPÓRIO COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI - EPP
CNPJ/MF nº 07.290.015/0001-80
CONTRATADA

TABELIONATO MARGARIDA Nº L. DOS SANTOS
3º SERVIÇO NOTARIAL
Sandra Mª Leite T. do Nascimento - Tabelia Publica
Rua Correia Pass, 49 - Centro
CEP: 57600-000 - Palmeira dos Índios - AL
Reconheço verdadeira(as) firma(s) por semelhança
Em Test.º da verdade
07 JUN. 2018
P. DOS ÍNDIOS - AL
Sandra Mª Leite T. do Nascimento - Tabelia Pública
Carlos Alexandre S. do Nascimento - Substituto
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

LOCAFRIOS EIRELI
CNPJ/MF nº 02.937.087/0001-53
CONTRATADA

MACHADO ARMARINHOS LTDA
CNPJ/MF nº 24.174.062/0001-88
CONTRATADA

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO PAULO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 341/2019

O Grupamento de Apoio de São Paulo, com sede na Av. Olavo Fontoura, 1300, Santana, na cidade de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.429/0198-04 , neste ato representado pelo Coronel Intendente Wagner Gomes de Araújo, nomeado pela Portaria nº 1.893/GC1, de 20 de novembro de 2018, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 203, de 22 de novembro de 2018, inscrito no CPF sob o nº 612.448.646-68, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 56/2019, processo administrativo n.º 67267.013407/2018-84, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de Mobiliários**, especificado(s) no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 56/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

F.K MOVEIS COMERCIO DE MOVEIS E TRANSPORTES EIRELI
CNPJ: 03.963.184/0001-83
ESTRADA DO CAMPO LIMPO, 4700 - SALA 02 - PIRAJUSSARA
São Paulo / São Paulo, CEP 05.787-000
Telefone: (11) 42417252, e-mail: adm.fkmoveis@gmail.com
Representada pelo Sr. FRANCISCO ELENILTON DE MOURA MENDES - Sócio
CPF. 111.458.968-39 - RG: 233009778

ITEM	DESCRITIVO	QT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	GRUPO 3			
124	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE C/ BRAÇO: POLTRONA GIRATÓRIA MODELO PRESIDENTE COM ESPALDAR ALTO E APOIO DE CABEÇA CONFECCIONADA EM ESPUMA INJETADA FLEXÍVEL DE POLIURETANO HR ISENTA DE CFC EM FORMATO ANATÔMICO COM DENSIDADE 55 +/- 5 KG/M3; COM ESTRUTURAL DE MADEIRA COMPENSADA MULTI LAMINADA DE ESPESSURA MÍNIMA DE 14 MM PARA ASSENTO E ESTRUTURAL DE ENCOSTO E APOIO DE CABEÇA COM PERCINTAS ELÁSTICAS PARA AUMENTAR O FATOR CONFORTE E ESTRUTURA DE AÇO CARBONO TUBULAR DE SEÇÃO CILÍNDRICA COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 19,00 MM, COM CHAPAS DE AÇO CARBONO MACIÇO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 4,0 MM E NO ALOJAMENTO DA HASTE DE JUNÇÃO. A ESPESSURA MÍNIMA DA CHAPA QUE COMPÕE O ESTRUTURAL DO ESPALDAR DEVE SER DE 5,0 MM COM 03 FUROS PROVIDOS DE ROSCA DE 1/4". ESPUMA ANATÔMICA COM DUPLA CURVATURA E SALIÊNCIA PARA MAIOR CONFORTO E APOIO DA REGIÃO LOMBAR DO USUÁRIO. DIMENSIONAL MÍNIMO DE ASSENTO: 470 MM PROFUNDIDADE X 480 MM LARGURA X 40 MM ESPESSURA. ENCOSTO COM 650 MM DE ALTURA X 450 MM DE LARGURA X 35 MM DE ESPESSURA MÍNIMA PREDOMINANTE E 60 MM DE ESPESSURA NA SALIÊNCIA PARA APOIO LOMBAR, APOIO DE CABEÇA COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 160 X 380 X 40 MM (EXTENSÃO VERTICAL X LARGURA X ESPESSURA). O REVESTIMENTO CONSTANTE NA PARTE FRONTAL DO ENCOSTO DEVE SER O MESMO DA PARTE TRASEIRA (EXTERNA), BEM COMO O ASSENTO NAS PARTES SUPERIOR E INFERIOR, COM COSTURA, SEM UTILIZAÇÃO DE CAPAS DE TERMOPLÁSTICO OU PERFIL FRANCÊS PARA ACABAMENTO.ENCOSTO NO CONCEITO FRAQUE, ONDE A LINHA DA PARTE INFERIOR O ENCOSTO PASSA PARA BAIXO DO ASSENTO (SUPERFÍCIE SUPERIOR). HASTE DE JUNÇÃO DE ASSENTO E ENCOSTO CONFECCIONADA EM CHAPA MACIÇA DE AÇO CARBONO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 7,10 MM E LARGURA DE 90 MM COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, PASSANDO PELO PROCESSO DE DESENGRAXE, ESTABILIZAÇÃO, TRATAMENTO ANTI FERRUGINOSO E SECAGEM EM ESTUFA A 250 ºC. A HASTE DEVERÁ SER ACOPLADA DIRETO NO MECANISMO (PLATAFORMA DO ASSENTO) E NÃO NO ESTRUTURAL DE MADEIRA COMPENSADA DO ASSENTO, AFERINDO ASSIM MAIOR DURABILIDADE, RESISTÊNCIA E GARANTIDO A PLENA FUNCIONALIDADE DO MECANISMO, QUE DEVERÁ SER DO TIPO SINCRONIZADO, COM MOVIMENTO DE RECLINAÇÃO PARA ASSENTO E ENCOSTO COM SISTEMA DE TRAVAMENTO EM 04 PONTOS AO LONGO DO CURSO DE RECLINAÇÃO, DOTADO DE SISTEMA ANTI-IMPACTO E SISTEMA DE REGULAGEM DA PROFUNDIDADE COM CURSO MÍNIMO DE 45 MM E TRAVAMENTO EM 05 PONTOS. TAL MECANISMO POSSUI PLATAFORMA PARA FIXAÇÃO DO ASSENTO MANUFATURADA A PARTIR DE CHAPA DE AÇO, ESTAMPADA, COM DOBRAS. ESSE MECANISMO TAMBÉM DISPÕE DE MANÍPULO RETRATIL CENTRAL, QUE POSSIBILITA O AJUSTE DO COEFICIENTE ELÁSTICO DA MOLA HELICOIDAL QUE TENCIONA O MOVIMENTO DE RECLINAÇÃO, ADAPTANDO DESSE MODO A TENSÃO DO MOVIMENTO DE RECLINAÇÃO À USUÁRIOS COM BIÓTIPOS DISTINTOS. ALÉM DO MANÍPULO CITADO SUPRA, O MECANISMO AINDA DISPÕE DE DOIS MANÍPULOS LATERAIS, PORÉM NÃO ACIONADOS POR TORÇÃO HELICOIDAL, MAS POR UM SIMPLES TOQUE, SENDO UM PARA ACIONAMENTO DO PISTÃO À GÁS E OUTRO, PARA ACIONAMENTO/LIBERAÇÃO DA TRAVA DO MOVIMENTO DE RECLINAÇÃO. AJUSTE MILIMÉTRICO DE ALTURA DO ASSENTO POR MEIO DE ACIONAMENTO DE PISTÃO PNEUMÁTICO POR ALAVANCA EXCÊNTRICA DO MECANISMO SINCRONIZADO, COM CURSO MÍNIMO DE 110 MM E PARTE INFERIOR CONIFICADA PARA MELHOR ACOPLAGEM NA BASE E CONFIGURAÇÃO DA MEDIDA DE ALTURA DA SUPERFÍCIE DO ASSENTO: A ACOPLAGEM DO PISTÃO NA BASE E NO MECANISMO SERÁ POR CONE MORSE E UMA BLINDAGEM TELESCÓPICA DE 04 ESTÁGIOS EM TERMOPLÁSTICO PRETO SERÁ O MEIO DE LIGAÇÃO ESTÉTICO ENTRE BASE E	77	1.929,00	148.533,00

SETUR-L
PREFEITURA DO RECIFE
FL Nº 03

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

	MECANISMO, GARANTINDO TAMBÉM A PROTEÇÃO DO PISTÃO CONTRA ACÚMULO DE PARTÍCULAS. O PISTÃO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM DIN 4550 CLASSE 04. BASE GIRATÓRIA ARCADA DE CINCO HASTES INJETADA EM LIGA DE ALUMÍNIO COM ACABAMENTO POLIDO, APRESENTANDO DIÂMETRO EXTERNO MÍNIMO TOTAL DE 690 MM E FORMATO PIRAMIDAL, COM ALTURA DA SUPERFÍCIE SUPERIOR NA REGIÃO DO CÔNICO CENTRAL DE ALOJAMENTO DO PISTÃO EM RELAÇÃO AO PLANO OBTIDO A PARTIR DA SUPERFÍCIE INFERIOR DAS PATAS DE, NO MÍNIMO, 120 MM, MEDIDA ESTA AFERIDA DESPREZANDO OS RODÍZIOS. RAIO DA PATA MÍNIMO DE 330 MM, EM CONFORMIDADE DIMENSIONAL COM PRECONIZADO PELA NORMA ABNT NBR 13962/06 PARA ESTE QUESITO BEM COMO APRESENTA CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS DE PONTO DE ESTABILIDADE E NÚMERO DE APOIOS, PRECONIZADOS PELA MESMA NORMA TÉCNICA. PARA CADA PATA DA BASE SUPRA ESPECIFICADA, EM SUA TERMINAÇÃO, ACOPLAR-SE-Á UM RODÍZIO DE DUPLO GIRO DE COR PRETA, TIPO "W", CONFORME ABNT NBR 13962/06, CUJA BANDA DE RODAGEM É MANUFATURADA EM MATERIAL MACIO, POLIURETANO, COM CORES DIFERENTES DA BANDA DE RODAGEM E DO CENTRO DA RODA, APRESENTA DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE O PONTO DE APOIO DA RODA E O EIXO DE GIRO DO RODÍZIO DE 18 MM, NO MÍNIMO, ALÉM DE 7 MM PARA LARGURA MÍNIMA DA SUPERFÍCIE DE ROLAMENTO, BEM COMO 1,5 MM PARA RAIOS MÍNIMOS, INTERNO E EXTERNO. TAIS RODÍZIOS APRESENTAM DISTÂNCIA ENTRE RODAS ENTRE 15 E 22 MM, SÃO MANUFATURADOS EM TERMOPLÁSTICOS DE ALTO DESEMPENHO, COM PINO DE ALOJAMENTO À BASE CILÍNDRICO, PRODUZIDO EM AÇO ABNT 1010/1020 ZINCADO, COM 11 MM DE DIÂMETRO NO MÍNIMO E ANEL METÁLICO PARA FIXAÇÃO À BASE SEM A UTILIZAÇÃO DE BUCHAS PLÁSTICAS COM DIÂMETRO DE RODA DE, NO MÍNIMO, 63 MM. BRAÇOS FIXOS EM TUBO DE AÇO CARBONO DE SECÇÃO OBLONGA COM ACABAMENTO CROMADO, PROVIDO DE APOIO SUPERIOR DE BRAÇO INJETADO EM POLIURETANO INTEGRAL SKIN PRETO TEXTURIZADO DE ALTA DENSIDADE, MEDINDO, NO MÍNIMO, 300 MM DE COMPRIMENTO ABSOLUTO TOTAL, 280 MM DE ALTURA ABSOLUTA TOTAL E 50 MM DE LARGURA ÚTIL DO APOIA.			
125	CADEIRA DIRETOR GIRATÓRIA C/ BRAÇO: GIRATÓRIA COM BRAÇOS REGULÁVEIS, DE ASSENTO E ENCOSTO RECLINÁVEIS E DE ESPALDAR MÉDIO. OFERTA MÍNIMA DE AJUSTES E FUCNIONALIDADES: AJUSTES E MOVIMENTOS INDEPENDENTES PARA ALTURA DO ASSENTO, RODÍZIOS DE DUPLO GIRO, GIRO DE 360 GRAUS DO ASSENTO/ENCOSTO, ALTURA DOS BRAÇOS E RECLINAÇÃO SINCRONIZADA DE ASSENTO E ENCOSTO COM MÚLTIPLAS PARADAS E EQUIPADO COM SISTEMA DE ANTI-IMPACTO PARA O ENCOSTO. ASSENTO MANUFATURADO A PARTIR DE ESPUMAS FLEXÍVEIS DE POLIURETANO INJETADAS (MOLDADAS) CUJOS ASPECTOS DIMENSIONAIS DE LARGURA E PROFUNDIDADE DE SUPERFÍCIE ESTEJAM ENTRE 450 E 470 MM E CUJA ESPESSURA MÉDIA PREDOMINANTE DA ESPUMA SEJA DE 47 MM. ESTRUTURAÇÃO DO ASSENTO EM COMPENSADO MULTILAMINADO COM ESPESSURA DE 15 MM. ENCOSTO DO TIPO ESPALDAR ALTO, DE CONCEITO FRAQUE, ESTÉTICA MODERNA, SÓBRIA, DE FORMATO HEXAGONAL, DE FORMATO ORGÂNICO, MANUFATURADO EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO INJETADA E MOLDADA (INTRA MOLDE), SENDO OS ASPECTOS DIMENSIONAIS DE LARGURA ENTRE 450 E 470 MM E EXTENSÃO VERTICAL ENTRE 630 E 650 MM, SENDO SUA ESPESSURA MÍNIMA PREDOMINANTE DE 35 MM. TAL ENCOSTO É ESTRUTURADO COM PERCINTAS ELÁSTICAS PARA AUMENTAR O FATOR CONFORTO E COM QUADRO ESTRUTURAL EM AÇO CARBONO TUBULAR DE SEÇÃO CILÍNDRICA COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 19,00 MM E ESPESSURA DE PAREDE MÍNIMA DE 1,50 MM, COM CHAPAS DE AÇO CARBONO MACIÇO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 4,0 MM E NO ALOJAMENTO DA HASTE DE JUNÇÃO. A ESPESSURA	725	1.816,00	1.316.600,00

	MÍNIMA DA CHAPA QUE COMPÕE O ESTRUTURAL DO ESPALDAR DEVE SER DE 5,0 MM. MECANISMO DO TIPO SINCRONIZADO, COM MOVIMENTO DE RECLINAÇÃO PARA ASSENTO E ENCOSTO NA PROPORÇÃO DE 2:1 (PARA CADA GRAU QUE O ASSENTO RECLINA, O ENCOSTO INCLINA DOIS GRAUS), COM SISTEMA DE TRAVAMENTO EM 04 PONTOS AO LONGO DO CURSO DE RECLINAÇÃO, DOTADO DE SISTEMA ANTI-IMPACTO. O ASSENTO E O ENCOSTO SÃO UNIDOS POR MEIO DE CHAPA DE AÇO DE ESPESSURA MÍNIMA DE 7,00 MM DO TIPO LÂMINA, TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE POR MEIO DE PINTURA EPÓXI PÓ, ATRAVÉS DO PROCESSO DE DEPOSIÇÃO ELETROSTÁTICA. A LÂMINA, EM SUA PORÇÃO DO ASSENTO, É PRESA AO MECANISMO SINCRONIZADO, EM SUA PEÇA ARTICULADA NA REGIÃO TRASEIRA DO MECANISMO. BASE INJETADA EM LIGA DE ALUMÍNIO COM ACABAMENTO POLIDO. TAL BASE POSSUI FORMATO ARCADO E, NA PORÇÃO INFERIOR DAS PATAS, REFORÇOS QUE MELHORAM O SEU DESEMPENHO MECÂNICO. RAIO DA PATA DA BASE DE 320 MM, NO MÍNIMO, SENDO SEU DIÂMETRO EXTERNO MÍNIMO DE 700 MM. AJUSTE MILIMÉTRICO DE ALTURA DO ASSENTO POR MEIO DE ACIONAMENTO DE PISTÃO A GÁS, COM CLASSIFICAÇÃO DE DESEMPENHO NO MÍNIMO EM CONFORMIDADE COM CLASSE 03, DE ACORDO COM NORMA INTERNACIONAL DIN 4550, COM CURSO MÍNIMO DE AJUSTE VERTICAL DE 80 MM E ACABAMENTO DA COLUNA CROMADO POLIDO SEM O USO DE TELESCÓPIOS. PARA CADA PATA DA BASE SUPRA ESPECIFICADA, EM SUA TERMINAÇÃO, ACOPLAR-SE-Á UM RODÍZIO DE DUPLO COM PISTA DE ROLAGEM EM POLIURETANO, ANTI RISCO, TIPO "W". BRAÇOS COM REGULAGEM DE ALTURA, COM ESTRUTURAL VERTICAL MANUFATURADO EM AÇO CARBONO TUBULAR, CUJO DIÂMETRO EXTERNO É DE 38 MM E PROVIDO DE AJUSTE EM ALTURA POR MEIO DE ACIONAMENTO DE BOTÃO EXTERNO LATERAL COM EMPUNHADURA ERGONÔMICA, INJETADO EM POLIPROPILENO QUE, POR SUA VEZ, ACIONA UM SISTEMA DE FUNCIONAMENTO MANUFATURADO EM PEÇAS DE ALUMÍNIO INJETADO, AÇO CARBONO E RESINAS DE ENGENHARIA, TAIS COMO MOLAS E CREMALHEIRA INTERNA, RESPONSÁVEIS PELO TRAVAMENTO E LIBERAÇÃO DO AJUSTE VERTICAL. ESTE EQUIPAMENTO PERMITE QUE O BRAÇO APRESENTE FUNCIONALIDADE EM SEIS POSIÇÕES VERTICAIS DISTINTAS, ABRANGENDO UM INTERVALO DE 65 MM, NO MÍNIMO. AS PARTES DO ESTRUTURAL VERTICAL DO BRAÇO E JUNÇÃO DESTE ESTRUTURAL COM A CHAPA HORIZONTAL DE ACOPLAMENTO AO ASSENTO SÃO PROVIDAS DE ACABAMENTO TIPO CARENAGEM, INJETADO EM TERMOPLÁSTICO COPOLÍMERO TIPO POLIPROPILENO OU SUPERIOR, QUE PROTEGE CONTRA ACÚMULOS DE PARTÍCULAS ESTRANHAS AO PRODUTO, ALÉM DE OFERECER ACABAMENTO E PROTEÇÃO AO USUÁRIO CONTRA AS PARTES MÓVEIS INTERNAS DO EQUIPAMENTO. APOIA BRAÇO COM AJUSTE ANGULAR HORIZONTAL EM, NO MÍNIMO, 03 POSIÇÕES DISTINTAS. POSSUI APOIA BRAÇO EM POLIURETANO INTEGRAL SKIN SENDO SUAS DIMENSÕES DE 80 A 90 MM DE LARGURA NAS EXTREMIDADES E 250 A 260 MM DE COMPRIMENTO. OS ELEMENTOS EM AÇO CARBONO DO BRAÇO QUE POR VENTURA FICAREM APARENTES RECEBEM ACABAMENTO POR MEIO DE GALVANOPLASTIA, POR IMERSÃO ELETROLÍTICA COM DEPOSIÇÃO DE CROMO E NÍQUEL, PERMITINDO ACABAMENTO FINAL CROMADO POLIDO.			

SETUR-L
PREFEITURA DO RECIFE
FL. Nº 04

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

126	CADEIRA DIRETOR FIXA: FIXA DE DIALOGO COM ESPALDAR MÉDIO E BRAÇOS FIXOS. OFERTA MÍNIMA DE AJUSTES E FUCNIONALIDADES: A POLTRONA NÃO DEVERÁ POSSIBILITAR NENHUM AJUSTE OU REGULAGEM. ESPECIFICAÇÕES GERAIS: ASSENTO MANUFATURADO A PARTIR DE ESPUMAS FLEXÍVEIS DE POLIURETANO INJETADAS (MOLDADAS), CUJOS ASPECTOS DIMENSIONAIS SÃO, PARA LARGURA E PROFUNDIDADE DE SUPERFÍCIE, ENTRE 450 E 470 MM, ESPESSURA MÉDIA PREDOMINANTE DA ESPUMA DE, NO MÍNIMO, 45 MM. ESTRUTURAÇÃO EM COMPENSADO MULTILAMINADO COM ESPESSURA DO COMPENSADO DE 15 MM. ENCOSTO DO TIPO ESPALDAR MEDIO, DE CONCEITO FRAQUE, ESTÉTICA MODERNA, SÓBRIA, DE FORMATO HEXAGONAL, MANUFATURADO EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO INJETADA MOLDADA, SENDO O ENCOSTO ESTRUTURADO EM PERFIS METÁLICOS COM APLICAÇÃO DE PERCINTAS ELÁSTICAS, PROMOVENDO MAIOR CONFORTO EM RELAÇÃO A CHASSIS RÍGIDOS TAIS COMO MOLDADOS EM COMPENSADO. ASPECTOS DIMENSIONAIS DO ENCOSTO DE LARGURA ENTRE 450 E 470 MM E EXTENSÃO VERTICAL: ENTRE 520 E 540 MM. ESPESSURA MÍNIMA PREDOMINANTE DE 35 MM. REVESTIMENTO DO ASSENTO E DO ENCOSTO EM ESPALMADO SINTÉTICO DO TIPO COURO ECOLÓGICO COM MODELAGEM EM COSTURAS PERIMETRAIS, SEM USO DE PERFIS OU CONTRA CAPAS PLÁSTICAS PARA ASSENTO E ENCOSTO. ESTRUTURA FIXA DO TIPO 04 PÉS, MANUFATURADA A PARTIR DE TUBO DE AÇO CARBONO DE SEÇÃO CILÍNDRICA, CUJO DIÂMETRO EXTERNO MÍNIMO É DE 7/8" (22,22 MM) E A ESPESSURA MÍNIMA DE PAREDE É DE 1,20 MM, SENDO DOBRADO EM DOBRADEIRAS COMPUTADORIZADAS, SEM DANIFICAR O TUBO NOS RAIOS DE DOBRA. TAL ESTRUTURA METÁLICA RECEBE COMO PLATAFORMA DO ASSENTO TUBOS DOBRADOS EM FORMA DE "X" CUJO DIÂMETRO EXTERNO MÍNIMO TAMBÉM É DE 7/8" (22,22 MM) E A ESPESSURA MÍNIMA DE PAREDE É DE 1,20. TAIS COMPONENTES SÃO FUNDIDOS POR MEIO DO PROCESSO METAL INERT GAS, LIVRE DE RESPINGOS E IMPERFEIÇÕES NA PEÇA COM TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE ATRAVÉS DE GALVANOPLASTIA POR IMERSÃO ELETROLÍTICA AFERINDO ACABAMENTO CROMADO POLIDO. BRAÇOS PRODUZIDOS ATRAVÉS DO PROLONGAMENTO DA PRÓPRIA ESTRUTURA, FIXOS COM APOIO INJETADO EM POLIURETANO INTEGRAL SKIN SOBRE ALMA DE AÇO CARBONO, CUJO COMPRIMENTO TOTAL É DE, NO MÍNIMO, 250 MM.	272	1.426,00	387.872,00
127	CADEIRA GIRATÓRIA PREDIDENTE : GIRATÓRIA COM ASSENTO RECLINÁVEL COM BRAÇOS FIXOS E DE ESPALDAR ALTO COM APOIO DE CABEÇA. OFERTA MÍNIMA DE AJUSTES E FUNCIONALIDADES: AJUSTES DE RECLINAÇÃO SIMULTÂNEA DE ASSENTO E ENCOSTO, COM POSSIBILIDADE DE TRAVAMENTO EM, NO MÍNIMO, 02 POSIÇÕES, DE ALTURA DO ASSENTO, RODÍZIOS DE DUPLO GIRO, ROTAÇÃO DE 360 GRAUS DO ASSENTO/ENCOSTO. ESPECIFICAÇÕES GERAIS: POLTRONA GIRATÓRIA, ESPALDAR ALTO, PADRÃO PRESIDEGRUPO 4 NTE, COM ASSENTO E ENCOSTO INDEPENDENTES, PORÉM DE FORMATO MONOBLOCO, E APOIO DE CABEÇA. ASSENTO E ENCOSTO ESTRUTURADO EM COMPENSADO MULTILAMINADO DE NO MÍNIMO 15 MM DE ESPESSURA. TAL ESTRUTURAL É PROVIDO DE FURAÇÃO PARA ACOPLAMENTO DA ESTRUTURA (BASE), NA PORÇÃO DO ASSENTO, COM MEDIDA DE FUROS DE 160 X 200 MM, POR MEIO DE ADESIVO DE CONTATO À BASE DE URFIA E FORMOL, AO ESTRUTURAL SUPRA ESPECIFICADO, SÃO FIXADAS DUAS ALMOFADAS INDEPENDENTES PARA ASSENTO E PARA ENCOSTO DE ESPUMA DE POLIURETANO FLEXÍVEL INJETADA (MOLDADA), COM DENSIDADE DE 60 A 65 KG/M3. DIMENSÕES MÍNIMAS DA ESPUMA DE ASSENTO: LARGURA DE SUPERFÍCIE: 530 MM X 485 MM DE PROFUNDIDADE DA SUPERFÍCIE E 78 MM DE ESPESSURA. DIMENSÕES MÍNIMAS DA ESPUMA DE ENCOSTO: LARGURA 545 MM X 730 MM EXTENSÃO VERTICAL TOTAL JÁ CONSIDERANDO AO APOIO DE CABEÇA E 85 MM DE ESPESSURA DA ESPUMA. ESPUMAS DE ASSENTO E ENCOSTO DOTADAS DE GOMOS LATERAIS, OU SEJA, HÁ FAIXAS NAS DUAS LATERAIS, NO SENTIDO LONGITUDINAL PARA O ASSENTO E VERTICAL PARA O ENCOSTO, QUE APRESENTAM RESSALTO EM RELAÇÃO À ÁREA FRONTAL DAS ESPUMAS. ACABAMENTO DE ASSENTO E ENCOSTO, ALÉM DO REVESTIMENTO, COM UTILIZAÇÃO DE MANTA DE ESPUMA LAMINADA, ENTRE A ESPUMA INJETADA E O REVESTIMENTO, DE MODO A AFERIR A ESTÉTICA DESEJADA, RECOBRINDO TODO O MONOBLOCO DE ASSENTO E ENCOSTO, COM ACABAMENTO ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE COSTURAS. MATERIAL DE REVESTIMENTO EM ESPALMADO SINTÉTICO. MECANISMO PARA RECLINAÇÃO DE ASSENTO E ENCOSTO DO TIPO SIMULTÂNEO, PERMITINDO ANGULAÇÃO DE ASSENTO COM SUBPLATAFORMA MANUFATURADA EM LIGA DE ALUMÍNIO INJETADA EM ALTA PRESSÃO, COM POSTERIOR APLICAÇÃO DE PINTURA EPÓXI PÓ NA CÔR PRETA, COM PLATAFORMA PARA FIXAÇÃO DO ASSENTO EM CHAPA DE AÇO CARBONO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 4,0 MM, APRESENTANDO FURAÇÕES HÍBRIDAS PARA ANCORAGEM DO ASSENTO. POSSUI PONTO DE ARTICULAÇÃO DESLOCADO PARA FRENTE EM RELAÇÃO AO EIXO DE ROTAÇÃO DA POLTRONA, APRESENTANDO RECLINAÇÃO DO TIPO EXCÊNTRICA. ACIONAMENTO DO PISTÃO A GÁS PARA AJUSTE MILIMÉTRICO DA ALTURA DA SUPERFÍCIE DO ASSENTO POR MEIO DE ALAVANCA INDEPENDENTE, COM MANÍPULO ERGONÔMICO INJETADO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, SITO AO LADO DIREITO DO USUÁRIO. ACIONAMENTO DO MOVIMENTO DE RECLINAÇÃO SINCRONIZADA DE ASSENTO E ENCOSTO POR MEIO DE ALAVANCA INDEPENDENTE, COM MANÍPULO ERGONÔMICO INJETADO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, LOCALIZADA DO LADO ESQUERDO DO USUÁRIO, COM POSSIBILIDADE DE TRAVAMENTO DO MOVIMENTO DE RECLINAÇÃO EM 04 PONTOS (INCLUINDO O PONTO INICIAL DO MECANISMO), EQUIPADO COM SISTEMA ANTI-IMPACTO PARA ENCOSTO E PROVIDO DE MANÍPULO FRONTAL INJETADO EM TERMOPLÁSTICO PARA AJUSTE DO COEFICIENTE ELÁSTICO DA MOLA DE RECLÍNIO, PERMITINDO VÁRIAS TENSÕES DIFERENTES PARA O MOVIMENTO DE RECLINAÇÃO SINCRONIZADA, POSSIBILITANDO DESSE MODO, A UTILIZAÇÃO DO PRODUTO POR USUÁRIOS DE BIÓTIPOS DISTINTOS. AJUSTE DE ALTURA DO ASSENTO DE FORMA MILIMÉTRICA, ATRAVÉS DE ACIONAMENTO DO PISTÃO A GÁS COM DIÂMETRO DO CURSO DE 28 MM, COM CONIFICAÇÃO SUPERIOR E INFERIOR DE 1º26'16", COM BUCHA INJETADA EM RESINA DE ENGENHARIA DE ALTO DESEMPENHO, DOTADO DE CAIXA CILÍNDRICA DE ALOJAMENTO DO CURSO COM DIÂMETRO EXTERNO DE 50 MM CROMADA, COM CONIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA BASES ARCADAS, CONTRIBUINDO PARA QUE A MEDIDA DE ALTURA DA SUPERFÍCIE DO ASSENTO SE APRESENTE DE FORMA ADEQUADA. CLASSIFICAÇÃO DE QUALIDADE E DURABILIDADE DO PISTÃO EM CONSONÂNCIA COM O NÍVEL 03 DA NORMA INTERNACIONAL DIN 4550. CONSEQUENTEMENTE, ATENDE AOS ENSAIOS DE DURABILIDADE DO MECANISMO DE ROTAÇÃO E DE AJUSTE VERTICAL PNEUMÁTICO, PRECONIZADOS NA ABNT NBR 13962/06 PARA ESTE PRODUTO. BASE DE CINCO PATAS INJETADA EM LIGA ALUMÍNIO, COM ACABAMENTO POLIDO, DE FORMATO ARCADO, COM RAIO DA PATA EM CONFORMIDADE COM PRECONIZADO NA NORMA ABNT NBR 13962/06 PARA ESTE QUESITO, BEM COMO PARA OS QUESITOS DE PONTOS DE APOIO DA BASE, PONTO DE ESTABILIDADE E ENSAIO DE CARGA ESTÁTICA NA BASE. PARA CADA PATA DA BASE SUPRA ESPECIFICADA, EM SUA TERMINAÇÃO, ACOPLAR-SE-Á UM RODÍZIO DE DUPLO GIRO DE COR PRETA COM BANDA DE RODAGEM NA COR CINZA, ANTI RISCO, APRESENTANDO DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE O PONTO DE APOIO DA RODA E O EIXO DE GIRO DO RODÍZIO DE 18 MM, NO MÍNIMO, ALÉM DE 7,0 MM PARA LARGURA MÍNIMA DA SUPERFÍCIE DE ROLAMENTO, BEM COMO 1,5 MM PARA RAIOS MÍNIMOS, INTERNO E EXTERNO. TAIS RODÍZIOS	120	2.980,00	357.600,00

SETUR-L
PREFEITURA DO RECIFE
Fl. Nº

Documento Assinado Digitalmente por: ANA PAULA DE OLIVEIRA VILACA LEAL
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 5c04dd8c-aeb7-4f36-8cfd-a51a57e1c839

	APRESENTAM DISTÂNCIA ENTRE RODAS ENTRE 15 E 22 MM, SÃO MANUFATURADOS EM TERMOPLÁSTICOS DE ALTO DESEMPENHO, COM PINO DE ALOJAMENTO À BASE CILÍNDRICO, PRODUZIDO EM AÇO ABNT 1010/1020 ZINCADO, COM 11 MM DE DIÂMETRO NO MÍNIMO E ANEL METÁLICO PARA FIXAÇÃO À BASE SEM A UTILIZAÇÃO DE BUCHAS PLÁSTICAS COM DIÂMETRO DE RODA DE, NO MÍNIMO, 49 MM. PAR DE BRAÇOS FIXOS, MANUFATURADOS EM ALUMÍNIO FUNDIDO OU INJETADO EM ALTA PRESSÃO, COM ACABAMENTO POLIDO, ANCORADOS AO ASSENTO E AO ENCOSTO, UNINDO-OS E, PORTANTO, AUXILIANDO NA RESISTÊNCIA ESTRUTURAL DO MONOBLOCO.			
128	CADEIRA DIRETOR FIXA: FIXA PARA INTERLOCUÇÃO, DIÁLOGO, ESPERA, ENTRE OUTRAS FUNÇÕES CORRELATAS. OFERTA MÍNIMA DE AJUSTES E FUNCIONALIDADES: A POLTRONA NÃO DEVE TER AJUSTE OU REGULAGEM EM NENHUM ELEMENTO ESPECIFICAÇÕES GERAIS: POLTRONA FIXA, ESPALDAR MÉDIO, PADRÃO DE INTERLOCUÇÃO PARA DIRETORIA, COM ESPUMAS DE ASSENTO E ENCOSTO INDEPENDENTES ESTRUTURADAS EM MONOBLOCO DE COMPENSADO MULTILAMINADO ANATÔMICO. ASSENTO E ENCOSTO ESTRUTURADO EM COMPENSADO MULTILAMINADO DE NO MÍNIMO 15 MM DE ESPESSURA. TAL ESTRUTURAL É PROVIDO DE FURAÇÃO PARA ACOPLAMENTO DA ESTRUTURA (BASE), NA PORÇÃO DO ASSENTO, COM MEDIDA DE FUROS DE 160 X 200. POR MEIO DE ADESIVO DE CONTATO À BASE DE UREIA E FORMOL, AO ESTRUTURAL SUPRA ESPECIFICADO, SÃO FIXADAS DUAS ALMOFADAS INDEPENDENTES PARA ASSENTO E PARA ENCOSTO DE ESPUMA DE POLIURETANO FLEXÍVEL INJETADA (MOLDADA), COM DENSIDADE DE 60 A 65 KG/M3. DIMENSÕES MÍNIMAS DA ESPUMA DE ASSENTO: LARGURA DE SUPERFÍCIE: 530 MM X 480 MM DE PROFUNDIDADE DA SUPERFÍCIE E 70 MM DE ESPESSURA, DIMENSÕES MÍNIMAS DA ESPUMA DE ENCOSTO: LARGURA 530 MM X 540 MM EXTENSÃO VERTICAL TOTAL. ESPUMAS DE ASSENTO E ENCOSTO DOTADAS DE GOMOS LATERAIS, OU SEJA, IA FAIXAS NAS DUAS LATERAIS, NO SENTIDO LONGITUDINAL PARA O ASSENTO E VERTICAL PARA O ENCOSTO, QUE APRESENTAM RESSALTO EM RELAÇÃO À ÁREA FRONTAL DAS ESPUMAS, ACABAMENTO DE ASSENTO E ENCOSTO, ALÉM DO REVESTIMENTO, COM UTILIZAÇÃO DE MANTA DE ESPUMA LAMINADA, ENTRE A ESPUMA INJETADA E O REVESTIMENTO, DE MODO A AFERIR A ESTÉTICA DESEJADA, RECOBRINDO TODO O MONOBLOCO DE ASSENTO E ENCOSTO, COM ACABAMENTO ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE COSTURAS. ESTRUTURA FIXA DO TIPO BALANÇO, OU EM "S", ONDE O ASSENTO FICA EM SUSPENSÃO, MANUFATURADA A PARTIR DE UM TUBO ELÍPTICO DE AÇO CARBONO, CUJAS MEDIDAS MÍNIMAS SÃO 20 X 45 X 1,99 MM. PLATAFORMA DE SUSTENTAÇÃO DO ASSENTO MANUFATURADA A PARTIR DE TUBOS DE AÇO. BRAÇOS MANUFATURADOS A PARTIR DO PROLONGAMENTO DAS PERNAS DA ESTRUTURA, ANCORADOS AO ASSENTO E AO ENCOSTO, UNINDO-OS E, PORTANTO, AUXILIANDO NA RESISTÊNCIA ESTRUTURAL DO MONOBLOCO. APOIA BRAÇO INJETADO EM ESPUMA DE POLIURETANO DE PELE INTEGRAL, COR PRETA, COM TEXTURA. TRATAMENTO DE SUPERFÍCIE DOS COMPONENTES EM AÇO DA ESTRUTURA POR MEIO DE GALVANOPLASTIA POR IMERSÃO ELETROLÍTICA PARA DEPOSIÇÃO DE NÍQUEL E CROMO, AFERINDO AO FINAL ASPECTO CROMADO POLIDO.	135	1.990,00	268.650,00
129	CADEIRA GERENTE: ASSENTO MANUFATURADO A PARTIR DE ESPUMAS FLEXÍVEIS DE POLIURETANO INJETADAS (MOLDADAS) CUJOS ASPECTOS DIMENSIONAIS DO ASSENTO SÃO DE LARGURA ENTRE 475 E 485 MM, PROFUNDIDADE DE SUPERFÍCIE MÍNIMA, AO LONGO DO EIXO DE SIMETRIA LONGITUDINAL, ENTRE 465 E 475 MM, ESPESSURA MÉDIA PREDOMINANTE DA ESPUMA ENTRE 35 E 45 MM. ASSENTO REVESTIDO EM TECIDO SINTÉTICO, DE COR PRETA. ESTRUTURAÇÃO EM COMPENSADO MULTILAMINADO DE 12 MM E CARENADO NO CONTRA ASSENTO ATRAVÉS DE PEÇA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO, DISPENSADO O USO DE PERFIS DE BORDA PARA ACABAMENTO E PROTEÇÃO, APRESENTANDO TEXTURA EM SUA SUPERFÍCIE EXTERNA., TAL CARENAGEM DE CONTRA ASSENTO APRESENTA ESPESSURA MÍNIMA PREDOMINANTE DE 2,0 MM, PARA MELHOR ALOJAR O MECANISMO SINCRONIZADO E É DOTADA DE RESSALTOS NAS FURAÇÕES, AGINDO COMO BATENTES. ENCOSTO DO TIPO ESPALDAR ALTO, DE CONCEITO FRAQUE, ONDE A BORDA INFERIOR DO ENCOSTO PASSA PARA BAIXO DA LINHA PROJETADA PELA PARTE SUPERIOR DO ASSENTO, INJETADO EM TERMOPLÁSTICO POLIPROPILENO, DO TIPO COPOLÍMERO, SENDO A MAIOR PARTE DE SUA ÁREA ÚTIL (FRONTAL) ESTOFADA COM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO A PARTIR DE UM CHASSI DE TRANSIÇÃO ENTRE O ENCOSTO ESTRUTURAL E A ALMOFADA, CHASSI ESTE INJETADO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO 100% RECICLÁVEL, GERANDO UMA ALMOFADA DE DIMENSÕES MÍNIMAS DE 400 X 400 MM NESTA REGIÃO DO ESPALDAR, ESPUMA REVESTIDA EM TECIDO SINTÉTICO, DE COR PRETA. NA PARTE POSTERIOR DO ENCOSTO, EM SEU HEMISFÉRIO INFERIOR, A PEÇA É DOTADA DE DIVERSOS REFORÇOS COM SUAS ALETAS EM FORMA DE "X", MELHORANDO O DESEMPENHO MECÂNICO DA PEÇA, ALÉM DE RECEBER DOIS REFORÇOS EM CHAPA DE AÇO COM ESPESSURA MÍNIMA 4,00 MM COM ALETAS METÁLICAS FUNDIDAS A TAIS REFORÇOS PELO SISTEMA METAL INERT GAS, SENDO TAIS REFORÇOS, TANTO OS DA MATRIZ DE INJEÇÃO QUANTO OS METÁLICOS, TOTALMENTE COBERTOS POR UMA SOBRECAPA TRASEIRA PARA O HEMISFÉRIO INFERIOR DO CONTRA ENCOSTO QUE PERMITE, INCLUSIVE, A COBERTURA DA LÂMINA DE JUNÇÃO DO ENCOSTO. TAL SOBRECAPA (TAMPA), É INJETADA EM TERMOPLÁSTICO COPOLÍMERO DO TIPO POLIPROPILENO, EM ALTA PRESSÃO E POSSUI RAIO DE CURVATURA QUE HARMONIZA PERFEITAMENTE COM A GEOMETRIA DO ENCOSTO. ASPECTOS DIMENSIONAIS DO ENCOSTO DE: LARGURA (CONFORME ABNT NBR 13962/06) ENTRE 445 E 455 MM, MEDIDA NA PROJEÇÃO DO PONTO MAIS PROEMINENTE DO ENCOSTO, ESTANDO O ENCOSTO EM SUA POSIÇÃO MAIS PRÓXIMA DA VERTICAL; EXTENSÃO VERTICAL DO ENCOSTO, MEDIDA EM SEU EIXO DE SIMETRIA, ENTRE 625 E 635 MM; ALTURA DA BORDA SUPERIOR DO ENCOSTO EM RELAÇÃO AO PONTO "Z" DO ASSENTO, MEDIDA NO EIXO DE SIMETRIA DO ENCOSTO, ENTRE 525 E 535 MM, QUANDO DO ENCOSTO EM SUA REGULAGEM MÍNIMA DE ALTURA. JUNÇÃO DO ENCOSTO AO ASSENTO EXECUTADA ATRAVÉS DE CHAPA DE AÇO CARBONO COM ESPESSURA MÍNIMA DE 6,00 MM E LARGURA MÍNIMA DE 70 MM, COM VINCO (ESTAMPO) DE REFORÇO ESTRUTURAL, DO TIPO LÂMINA UP N' DOWN, COM SISTEMA DE AJUSTE VERTICAL ATRAVÉS DE CREMALHEIRA, SEM NECESSIDADE DE ACIONAMENTOS DE BOTÕES OU MANÍPULOS. SISTEMA DE CREMALHEIRA EXECUTADO ATRAVÉS DE DUAS PEÇAS INJETADAS EM NYLON COM FIBRA DE VIDRO (POLIAMIDA) QUE PERMITE O AJUSTE DO ENCOSTO EM, NO MÍNIMO, 10 PONTOS DISTINTOS, COM CURSO MÍNIMO DE 65 MM. MECANISMO DO TIPO SINCRONIZADO, COM MOVIMENTO DE RECLINAÇÃO PARA ASSENTO E ENCOSTO NA PROPORÇÃO DE 2:1 (PARA CADA GRAU QUE O ASSENTO RECLINA, O ENCOSTO INCLINA DOIS GRAUS), COM SISTEMA DE TRAVAMENTO EM 04 PONTOS AO LONGO DO CURSO DE RECLINAÇÃO, DOTADO DE SISTEMA ANTI-IMPACTO E SUB PLATAFORMA EM ALUMÍNIO INJETADO. BASE GIRATÓRIA DE CINCO HASTES EM AÇO TUBULAR	74	1.399,00	103.526,00

SETUR-L
PREFEITURA DO RECIFE
FL. Nº 06